

EXPRESSÃO

Ano 4 Número 40 Outubro/Novembro.2013

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

Ética animal

A close-up photograph of a monkey's face, looking directly at the camera through metal bars. The monkey has brown fur and large, expressive brown eyes. The bars are dark and run diagonally across the frame, creating a sense of confinement.

Utilizar animais em pesquisas científicas: certo ou errado? O uso de animais como cobaias pela Ciência, reacendido pelo caso do Instituto Royal, transita entre a biologia, a ética e o Direito (Págs 10 e 11)

»» Editorial

Foram abertas pra o ingresso em 2014 as inscrições dos vestibulares de verão para cursos de graduação. Nos últimos anos as opções têm crescido entre cursos de bacharelado, licenciaturas e cursos de tecnologia, nas modalidades presencial, semi-presencial e EAD. São tantas as opções – e isso é muito bom – para iniciar uma nova fase de estudos e escolher uma carreira que os estudantes egressos do Ensino Médio via de regra recorrem a testes vocacionais, Guias do Estudante e de Vestibular ou são influenciados por amigos e parentes para essa escolha, mas muitos ficam na dúvida mesmo fazendo uma opção nesse momento: qual serão as chances de conseguir um bom emprego ou de ter um bom mercado como profissional liberal, no futuro?

A FURB criou recentemente novos cursos para aumentar essas opções: os cursos de Engenharia de Alimentos, Biomedicina, Jornalismo e Engenharia Mecânica. A tipologia dos cursos no Brasil incluindo os cursos de tecnologia de menor duração, vai dos cursos tradicionais como Direito, Administração e Engenharia Civil até cursos de graduação impensáveis a tempos atrás como Design de Jogos Digitais, Aquicultura, Informática Biomédica ou Engenharia Humana.

De acordo com o censo da educação superior, existiam no Brasil em 1991, 4.908 cursos, em 2000 eram 10.585 e em 2011 eram 30.420 uma evolução de 520%. O número de ingressos nos cursos superiores que em 1991 era de 426.558 passa para 897.557 em 2000 e alcança 2.346.695 em 2011, uma evolução de 450%. Já em relação aos concluintes, em 1991 se formaram 236.410 estudantes, em 2000 foram 352.305 e em 2011, 1.016.713, uma evolução de 330%. Está muito mais

fácil em média ingressar em qualquer curso, no entanto proporcionalmente em relação aos ingressantes, mais alunos concluíam seus cursos em 1991 ou 2000 do que em 2011. As estatísticas incluem todas as modalidades de ensino, incluindo o ensino à distância, que em 2003 representava menos que 1% dos concluintes chegando a uma fatia de 14,8% do total em 2011.

Essa grande evolução das últimas décadas, porém representa ainda números bem inferiores de acesso da população ao ensino superior, se nos compararmos

A FURB no final dos anos 90 e início da década passada superestimou muito sua participação na fatia dessa participação da oferta, cometeu erros nas projeções o que levou a percalços no seu planejamento, mas acertou na opção pela qualidade

aos outros países desenvolvidos, pois o percentual dos jovens nessa condição é ainda muito restrito – abrange 19% na faixa etária de 18 a 24 anos (PNAD, 2009), enquanto nos EUA, ainda em 1997 esse acesso ao ensino superior, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos e 69% na Coreia do Sul. Isso mostra que existe ainda outra tarefa reformista para reduzir as desigualdades existentes ainda no ensino fundamental e médio e elevar as condições de escolaridade e anos de estudo da população brasileira.

A FURB no final dos anos 90 e início da década passada superestimou muito sua participação na fatia dessa participação da oferta, cometeu erros nas projeções o que levou a percalços no seu planejamento, mas acertou na opção pela qualidade, melhorou seus processos, a comunicação de marketing, o direcionamento escolhido para melhor qualificação de seu corpo docente que proporcionou a conquista na elevação de vários postos em diversos rankings de avaliação superior.

Ao estudante ingressante ainda cabe a dúvida a respeito de tantas opções existentes sobre a carreira a escolher se por um lado a opção por um curso mais adequado a sua escolha vocacional que condiz com suas chances de sucesso na carreira. Um estudo recente do IPEA da série Radar em uma edição especial publicada em julho de 2013 dedicada ao ensino técnico e superior investiga, através do resultado de um conjunto de estudos que respondem a questões de interesse daqueles que se encon-

tram na iminência de ingresso no mercado de trabalho: quais os ganhos trabalhistas derivados de diferentes carreiras universitárias? Mais especificamente: quanto ganham esses profissionais? Quantos conseguem trabalho? Quantas horas trabalham? Quantos conseguem proteção trabalhista? Quais as ocupações de nível técnico e de nível superior que mais geraram empregos entre 2009 e 2012?

Questões que são importantes de considerarmos a grande mudança que transforma o próprio mercado de trabalho perante e as ondas e modismos que se sucedem nem sempre consistentes com uma tendência real que novas ocupações realmente representam. E por último lembremos que a escolha certa é a escolha que está aliada a uma característica pessoal que sobretudo é a descoberta de uma vocação, que independente da condição mais restrita do mercado de trabalho é aquela em que o futuro profissional busca sua realização como ser humano.



Participe do Expressão!

Envie textos, opiniões, fotografias, charges, etc... Entre em contato pelo e-mail ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPES | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoni Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353 JP-DRT/SC)
Diagramação e edição: Kunimund Krönke Jr e Magali Moser
Projeto gráfico: Leo Laps

Tiragem: 3.000 cópias. **Gráfica:** Grafimorte S/A (Apucarana, PR)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPES (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br



Os jardineiros fieis

José Conceição Peres, José Hairton da Silva, Vanderlei Martins e Alcídene Paulo de Jesus integram a equipe junto com Juvenila Moura e Damião Martins (que não aparecem na foto)

Série iniciada nesta edição do Expressão Universitária valoriza os servidores da Universidade. Neste mês, conheça os profissionais responsáveis por embelezar os jardins da Furb

O sol arde sob os jardineiros, mas eles não se deixam intimidar pelo calor. Com cuidado, plantam novas mudas de flores, colocam adubo e retiram as plantas mortas. Aos olhos do ser humano comum, o colorido enfeita o ambiente. Mas, diferentemente da natureza, onde as coisas acontecem espontaneamente, os espaços verdes espalhados pela FURB precisam de manutenção. Ao todo, seis jardineiros são responsáveis pelas plantas nos quatro campi da Universidade. Destes, apenas dois são servidores efetivos. Os outros são terceirizados. A equipe conta com a ajuda de mais dois adolescentes que prestam serviço voluntário, em cumprimento de medida sócio-educativa.

O SINSEPES sempre foi a favor do fim da terceirização dos funcionários e reforça esta luta. "Os efetivos e os terceirizados trabalham da mesma forma. Mas os terceirizados não são valorizados como deveriam, são explorados e não têm os mesmos direitos. Recebem muito aquém daquilo que deveriam", afirma o vice-presidente do Sindicato, Luiz Donizete Mafra.

DEDICAÇÃO E CUIDADO COM AS PLANTAS

Conhecido pelo trabalho com jardinagem no Campus 1, José Conceição Peres é o que está há mais tempo na equipe, há 24 anos. Ele morava em Apiúna, mas decidiu se mudar para Blumenau depois que os pais adoeceram. "Sou apaixonado pelo meu trabalho. Mexer com a terra é o meu forte. Sou feliz com o vento no rosto e o sol na cara", afirma.

Zeca se interessou pelo emprego porque lhe possibilita trabalhar ao ar livre. "Tudo o que tu imaginar [de canteiro] dentro da FURB fui eu que fiz", diz Zeca, respeitado pelos superiores por sua dedicação e experiência adquirida nesses 58 anos de vida. "A chefia nunca me chamou a atenção. Pelo contrário. Me disseram: 'tu és profissional e sabes como fazer. Não precisa perguntar'", conta o servente. Outro momento inesquecível para Zeca foi quando a FURB ofereceu um curso de paisagismo. "O professor elogiou o trabalho que eu fiz no gramado, mas pediu para eu desfazer. Ele não queria que os outros copiassem e me pediu para ajudá-los", relembra, orgulhoso.

DA PLATAFORMA DE PETRÓLEO À JARDINAGEM

No Campus 2 quem cuida do visual do lado externo é Damião Cândido Martins. Pernambucano de Recife, ele veio conhecer Blumenau a convite da cunhada e decidiu ficar, após 22 anos trabalhando com petróleo no estado do Rio de Janeiro. "Vi que o pessoal [da FURB] se interessa em cuidar da floresta", explica o homem de 62 anos e há três na Universidade. Antes de trabalhar para uma empresa que presta serviço para a FURB, Damião já tinha experiência e conhecimento sobre jardinagem e paisagismo, só não tinha feito curso. Mais do que se especializar, o petroleiro aposentado pesquisou sobre plantas quando trabalhava no Campus 1. "Gosto da biblioteca e do campo de jardinagem. Se pudesse, ficava dentro de uma biblioteca estudando", diz. Damião terminou o 2º Grau em 1976 e não fez curso supe-



Kunimund Krönke Junior

rior. Primeiro, não havia tempo por causa do trabalho na plataforma de petróleo e, depois, no laboratório da Petrobrás. Anos mais tarde, faltavam condições financeiras porque precisava sustentar a família. "Paisagismo não tem quadrado, nem redondo ou linha reta. Você cria, compartilha a ideia com a chefia e, se aprovarem, a gente faz. Mas geralmente a chefia é que mostra o projeto", afirma Damião.

MAIS QUE ESTÉTICA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Para o professor André Luís de Gasper, do Departamento de Ciências Naturais e responsável pelo herbário da FURB, o trabalho dos jardineiros da Universidade é importante dos pontos de vista didático, estético e ecológico, desde que haja treina-



mento. "O Zeca sempre atende quando peço a compra de mudas ou que plantas não sejam cortadas porque elas são importantes para o aprendizado dos alunos de graduação", conta o professor. Além de deixar o ambiente mais bonito, uma poda bem feita permite que a árvore faça sombra nos prédios o suficiente para evitar o uso de ar condicionado, diminuindo gastos com energia elétrica.

Direito de uso e ocupação do solo e as APPs

Há cinco anos, a tragédia climática devastava o Vale do Itajaí. Uma análise sobre as consequências da catástrofe a partir da legislação ambiental e da teoria da Sociedade de Risco

POR NICOLAU CARDOSO NETO, *Doutorando em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Mestre em Engenharia Ambiental pela FURB e professor do Departamento de Medicina Veterinária da FURB.*

<nicolau@scambiental.com.br>

O Brasil passa atualmente por uma alteração do seu sistema jurídico ambiental. Em 2012, foi sancionada uma nova lei Federal sobre a proteção da vegetação nativa (Lei nº 12.651/12) que revogou o Código Florestal Brasileiro de 1965 (Lei nº 4.771/65). Muito foi discutido sobre a importância das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e novos parâmetros foram definidos para estas áreas a serem protegidas pelos proprietários de terra.

Estes parâmetros de APP estão historicamente causando conflitos de interesse entre aqueles que querem utilizar e ocupar o solo e a necessidade de proteção das margens dos cursos de água, encostas e topo de morro, segundo critérios definidos em lei. Assim, este conflito expõe o interesse da sociedade pelo direito fundamental à moradia e a necessidade de proteção das áreas de preservação. O choque destes interesses tem provocado diferentes mazelas para a sociedade e para o meio ambiente, como foi possível perceber no evento climático que aconteceu em novembro de 2008 no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Esta exposição do conflito atenta para o conceito de sociedade de risco de Ulrich Beck que determina que as sociedades que se organizam buscando a inovação, a mudança, e a ousadia, pretendendo tornar previsível e controlável o imprevisível, tentando controlar o incontrolável e sujeitando-se aos efeitos negativos destas decisões podem expor a sua sociedade a riscos.

Esta discussão pela definição de novos parâmetros de proteção florestal passa necessariamente por uma pergunta: O direito fundamental à moradia pode estar enfrentando um conflito, criando um paradoxo entre o conceito e a aplicação de Áreas de Preservação Permanente e o direito de uso e ocupação do solo?

CONCEITO DE APP

Há algum tempo o legislador brasileiro vem trabalhando o conceito de floresta e a definição de áreas especialmente protegidas. O primeiro instrumento legal que procurou trabalhar este tema foi o Decreto nº 23.793/34, que trouxe quatro classificações para o conceito de floresta, mas não definia parâmetros numéricos de referência para áreas de proteção no entorno de corpos de águas, encostas, morros e outros. A percepção da época ainda não fazia com que houvesse a necessidade de definir limitações às propriedades, fossem elas rurais ou urbanas, trabalhava-se apenas a conceituação dos tipos de florestas conforme seus usos.

Por sua vez, o Código Florestal de 1965, que revogou o decreto de 1934, apresentou inovação ao definir parâmetros numéricos para as faixas marginais de qualquer curso de água que foram alterados posteriormente pelas leis nº 7.511/86, 7.803/89 e pela Medida Provisória nº 2.166-67 de 2001.

Em 2012, após grandes discussões e intervenções políticas, foi sancionada a Lei nº 12.651/12 que revogou o Código Florestal de

1965 e foi chamada, em sua ementa, de Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Em ambas as leis, foram definidos conceitos de Área de Preservação Permanente (APP) muito semelhantes. Na lei atual, "Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Artigo 3º, inciso II da Lei nº 12.651/12)".

Já para o Código Florestal de 1965, o conceito de APP, válido até o dia 27 de maio de 2012, era: "Área de Preservação Permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas (Artigo 1º, §2º, inciso II da Lei nº 4.771/65).

É possível perceber que o conceito para ambas as leis é praticamente o mesmo, o que difere são pequenas alterações na redação, mas que não alteram o sentido e a compreensão final do que são e qual sejam os objetivos destas áreas, estando elas cobertas ou não por vegetação nativa. As APPs possuem uma função ambiental bem definida do qual tutelam a proteção dos recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica, biodiversidade, fluxo gênico, proteção do solo e por fim a proteção das pessoas humanas.

Em ambos os conceitos é possível perceber que a grande intenção de proteção das Áreas de Preservação Permanente tem a finalidade ambiental, mas com a intenção de proteção da dignidade da vida humana.

Nestes diferentes instrumentos legais distintos foram definidos os parâmetros para a proteção das faixas marginais de qualquer curso de água desde a primeira versão da Lei

nº 4.771/65, suas alterações (leis nº 7.511/86 e nº 7.803/89) e a nova lei. Analisando esta evolução histórica dos parâmetros, nota-se que houve alterações significativas do parâmetro de 1965 para o de 1986 e depois para o de 1989, que foram mantidos pela lei de 2012. Porém, chama mais a atenção as exceções apontadas na Lei nº 12.651/12 no seu artigo 61-A. Ao determinar a recomposição das respectivas faixas marginais conforme a área do módulo fiscal, a intenção do legislador foi proteger as áreas ditas consolidadas para os imóveis rurais, de forma a oferecer parâmetros numéricos menos restritivos que os apresentados no artigo 4º da Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Além disso, tentou-se resguardar a integridade econômica e financeira das pequenas propriedades, mas a consequência pode ser um tratamento desigual aos iguais. Estes parâmetros definidos historicamente e, portanto, deveriam ter sido respeitados pelos proprietários de terras, sejam elas urbanas ou rurais, quando estivessem utilizando e ocupando o solo próximo a qualquer curso de água natural.

A SOCIEDADE DE RISCO

A questão do risco nas sociedades atuais deve ser vista como resultante das decisões, dos fatos, dos fenômenos, que após serem definidos como soluções para os problemas estruturais das sociedades industriais, acabam apresentando ameaças sociais em razão das consequências futuras inesperadas, imprevisíveis ou mesmo aceitas como responsabilidades da sociedade por assumirem os riscos de viver em uma determinada conformação social.

Os indivíduos assumem as responsabilidades e os riscos ao viverem e usufruírem os resultados da industrialização a partir do momento que aceitam partilhar de uma determinada forma de sociedade contemporânea. Tal forma de estruturação social expõe o indivíduo a determinados riscos, sendo estes muitas vezes conscientes e determinados, mas que em várias situações não podem ser determinados ou medidos.

A partir do momento em que se aceita conviver com esta indeter-



Foto: Nicolau Cardoso Neto
Trecho da Rua Silvano Cândido da Silva Sênior, no bairro Ponta Aguda, destruído por escorregamento de solo. Estrada fica em Área de Preservação Permanente.

minação consumindo e dispendo desta emergência do capitalismo industrial, assumem-se as responsabilidades e as consequências de seus atos. Tais riscos acabam sendo absorvidos e aceitos como necessários à manutenção da vida deste modelo de sociedade, passando a fazer parte do convívio e da realidade diária das pessoas e da natureza.

Um exemplo deste comportamento é a ocupação das matas ciliares e zonas úmidas, tendo como consequência enchentes, assoreamento do rio, problemas de abastecimento de água, eutrofização dos rios, problemas sociais, estiagem, etc... Estes problemas originados pelo convívio do cidadão com os riscos e vulnerabilidade que a sociedade contemporânea oferece em troca das facilidades, comodidades, benefícios e produtos industrializados, que a emergência do capitalismo industrial oferece, constituem-se no grande dilema da civilização moderna. Este modelo de exploração dos recursos economicamente apreciáveis se organiza em torno das práticas e dos comportamentos potencialmente produtores de riscos.

O conceito de risco caracteriza as sociedades que se organizam buscando a inovação, a mudança e a ousadia, pretendendo tornar previsível e controlável o imprevisível, tentando controlar o incontrolável e sujeitando-se aos efeitos negativos destas decisões. A proliferação das ameaças imprevisíveis e invisíveis, para as quais os instrumentos de controle falharam, é típica do novo modelo de organização social caracterizado pelo encontro com a fase do desenvolvimento da modernização, onde as transformações produzem consequências que expõem as instituições de controle e prevenção das indústrias a críticas, fato que constitui para Beck (1998) a Sociedade de Risco.

O momento é de pensarmos em conjunto a favor do meio ambiente de forma sustentável, ou seja, consumindo apenas o necessário e trabalhando na manutenção da qualidade da vida da Terra em prol da natureza.

A natureza deve ser pensada como fonte de recursos limitados, os diferentes ciclos responsáveis pela manutenção da qualidade de vida devem ser preservados, assim como as Áreas de Preservação Permanente, que são tão importantes para a vida dos rios, da terra e dos seres vivos. Devemos respeitar estas peculiaridades e devemos trabalhar em prol da dignidade da vida humana.

AS ENCHENTES DE 2008 NO VALE DO ITAJAÍ

Os dados a seguir demonstram a magnitude da catástrofe e sua importante abrangência e foram levantados a partir da publicação realizada pela Comissão Técnica Tripartite Estadual de Meio Ambiente - CTT SMA, no ano de 2009, chamado de “Caminhos da recuperação: orientações para a recuperação ambiental dos municípios atingidos pelo desastre ambiental de novembro de 2008 em Santa Catarina”.

Os eventos de novembro de 2008 levaram a região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, aos estados de Calamidade Pública e de Situação de Emergência. Quatorze municípios decretaram Calamidade Pública e 63, Situação de Emergência. Segundo informações da Defesa Civil de Santa Catarina, foi um total de 135 óbitos, dois desaparecimentos e 78.656 desabrigados ou desalojados. O universo de pessoas atingidas foi de 1,5 milhão de pessoas, sendo 103 mil apenas na cidade de Blumenau. A quantidade de pessoas atingidas em Blumenau representa mais de um terço da população total, estimada em 292.972. (CTT SMA, 2009). Do ponto de vista econômico, as perdas somadas da indústria e de micro e pequenas empresas catarinenses foram de R\$ 1,38 bilhão. Já os investimentos na recuperação das infraestruturas viárias estadual e federal chegaram a R\$ 360 milhões. Os custos da recuperação da infraestrutura pública de Blumenau foram estimados em R\$ 193,8 milhões (CTT SMA, 2009).

Somente no mês de novembro de 2008, choveu 1.001,7 milímetros. Considerando que a média anual da cidade de Blumenau que é de 1.600 milímetros, é fácil perceber que a quantidade de chuva foi muito além da normalidade para a região. Além disso, é possível identificar os seguintes fatores predisponentes do desastre: a morfologia do terreno, a geologia de solos profundos, os cortes e aterros, os desmatamentos e práticas de agricultura em encostas íngremes e em margens de rios, enfim, áreas ambientalmente frágeis. Esse fenômeno não se limita às áreas rurais. Nas áreas urbanas constata-se igualmente o modelo de ocupação em áreas de risco, de movimento de massa e de inundações (CTT SMA, 2009).

Inundações bruscas, localmente

Além de proteger recursos hídricos, paisagem, solo, biodiversidade e estabilidade geológica, as APPs têm a função de garantir a dignidade da vida humana

denominadas de enxurradas, ocorreram em muitos rios e ribeirões afluentes do Rio Itajaí-Açu. Seus efeitos violentos decorreram da instalação de benfeitorias e da urbanização de margens de rios e várzeas, áreas estas que legalmente são protegidas e destinadas à preservação permanente (CTT SMA, 2009). Percebe-se que a atividade humana teve uma grande parcela de responsabilidade na origem dos desastres, pois, através de alterações do meio de forma a descaracterizá-lo e a interferir na dinâmica do sistema ambiental, o Homem acabou por criar condições que propiciaram ou agravaram a ocorrência dos eventos catastróficos.

No evento ocorrido em novembro de 2008 na região do Vale do



Construída em área de risco e de preservação permanente, casa foi atingida por deslizamento de terra na margem do Rio Itajaí-Açu, na Rua Antônio Treis, bairro Vorstadt.

Foto: Nicolau Cardoso Neto

Itajaí, foi possível perceber que os atingidos pelas inundações e pelos deslizamentos de lama não foram apenas os desfavorecidos socialmente. Desta vez, as diferentes camadas sociais foram atingidas, foram identificados problemas em casas simples e em residências consideradas de alto padrão.

O curioso é que a legalidade permeava grande parte das residências e ocupações, já que as municipalidades da região do Vale do Itajaí, alegando conflito de interesse e competência legislativa constitucional, definiram como áreas de ocupação, através de seus planos diretores ou leis orgânicas, aqueles espaços determinados pelo Código Florestal como de preservação permanente.

O resultado da ocupação das áreas de preservação foi sentido por diferentes famílias atingidas de diversas formas. Algumas perderam entes queridos e seus bens por estarem habitando áreas de inundação, e outras, por estarem ocupando áreas de risco em encostas e morros. Há que se reforçar que as áreas de preservação, que eram definidas pelo Código Florestal (Lei nº 4.771/65) possuem a função de preservar o meio ambiente, da mesma forma que indicam os locais com maior risco de inundação e deslizamento. O parâmetro definido na lei Federal serve tanto para a preservação do meio natural como do artificial, uma vez que aponta as áreas vulneráveis que oferecem risco à ocupação humana.

A análise do desastre de 2008 possibilita caracterizar as populações das áreas atingidas no Vale do Itajaí como sociedade de risco, conforme definido por Beck, pois conviviam, de forma consciente, com a possibilidade de riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões em conflito, devido a interesses econômicos e sociais, esboçam a fragilidade do sistema urbano da região do Vale do Itajaí. O desencontro entre ocupação ilegal, na concepção da Legislação Federal, e legal, sob a ótica da população, expõe a sociedade e a natureza a um risco constante. Da mes-

ma forma, é possível perceber que a destruição não foi apenas consequência natural provocada pelas chuvas. É bem verdade que houve um nível impressionante de chuva, entretanto, o Homem possibilitou o agravamento dos danos e, desta forma, assumiu o risco por não respeitar suas próprias leis e as da natureza.

A irresponsabilidade organizada acabou produzindo efeitos nocivos sobre a sociedade do Vale do Itajaí, uma vez que se considerava “legal o ilegal”, ou seja, áreas liberadas legalmente para moradia pelos municípios, apontadas como de preservação permanente por Lei Federal tornaram-se palco de mortes e perdas econômicas ainda não contabilizadas. O caso em questão expôs que as pessoas não respeitaram as Áreas de Preservação Permanente definidos em Lei Federal, nem mesmo o Poder Público as respeitaram, o que acabou provocando uma série de prejuízos para a população no momento crítico de enchente que ocorreu em novembro de 2008 no Vale do Itajaí.

Existe a necessidade de se repensar o planejamento das cidades, levando-se em consideração o interesse social, econômico e a “vontade” do meio ambiente, que, quando possuído do ímpeto de retomar o que é seu, não pede licença, chega na calada da noite e recupera suas áreas a fim de manter o extravasamento da calha, a estabilidade e a dinâmica dos rios e das encostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Tradução de Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Madri (Espanha): Ediciones Paidós Ibérica, 1998.

COMISSÃO TÉCNICA TRIPARTITE ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CTTEMA/SC. **Caminhos da recuperação**: orientações para a recuperação ambiental dos municípios atingidos pelo desastre ambiental de novembro de 2008 em Santa Catarina. Florianópolis: CTTEMA/SC, 2009.

Regime próprio de Previdência dos servidores

POR RALF EHMKE, professor do Departamento de Economia da FURB e presidente do SINSEPEs <ehmke@furb.br>

No último mês, fomos mais uma vez surpreendidos com novos escândalos envolvendo a gestão de fundos dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) pelo Brasil afora: quadrilhas que aliciaram diretores, prefeitos que direcionaram as aplicações das reservas previdenciárias em fundos de investimentos dirigidos por gestores sem qualquer qualificação que aplicaram os recursos em papéis podres causando um prejuízo de milhões aos contribuintes e comprometendo ainda mais a situação atuarial existente para a sustentabilidade da própria previdência desse regime adotado pelos servidores federais, estaduais e muitos municipais. O arcabouço que disciplina a atividade regulatória dos RPPS que entraram em vigor com a Lei no. 9.717/1998 e a Emenda Constitucional no. 20/1998, passa desde a criação do marco legal por aperfeiçoamentos que são um tema importante e de interesse a todos os servidores ativos e inativos, centrado no sistema regulatório que acomoda a gestão dos RPPS, cuja exigência é por gestão eficiente, transparente, democrática e responsiva, de modo a assegurar a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

O tema deste mês tem foco porém em outro assunto pertinente: as mudanças propostas na Lei Complementar no. 308/2000 que criou o nosso Regime Próprio de Previdência em Blumenau e o próprio ISSBLU. As alterações entrarão em discussão prévia pelo Conselho de Administração do Instituto e que seguirão para votação na Câmara de Vereadores e foram apresentadas pontualmente pela Procuradoria do Município e pela assessoria jurídica do ISSBLU. Acompanhadas de justificativas detalhadas as diversas alterações na redação da Lei têm por objetivos dar maior clareza aos dispositivos, estabelecer procedimentos já adotados no Regime Geral de Previdência e que são pertinentes à boa prática administrativa e outras são decorrentes da Emenda Constitucional no. 70/2012 de 29 de março de 2012 que muda a base de cálculo das aposentadorias por invalidez, incompatibilizando-se com a atual redação da LC 308/2000. As alterações de redação que dão maior clareza, por exemplo, incluem uma definição da própria figura do servidor público que faz parte do regime previdenciário em questão. O acréscimo da expressão “efetivo” na definição de “servidor público” tem o objetivo de diferenciá-lo do servidor público em geral em uma esfera mais abrangente dos que estão em cargos ou empregos públicos, ou seja, todos os que têm vínculo empregatício mesmo os que não tenham prestado concurso público.

A nova redação proposta para o artigo 4º, parágrafo 3º. estabelece uma condição específica para que a administração pública aposente o servidor por invalidez, após devida comprovação por análise médica pericial, independente de sua vontade. Nos outros casos permanece o direito de aposentadoria por requerimento que é solicitado pelo próprio servidor. A mudança retrata a adequação de uma prática administrativa.

O parágrafo 4º. propõe alterar as condi-

ções estabelecidas do exame pericial de avaliação da condição de invalidez, que pela lei atual acontece apenas uma vez depois de dois anos da sua comprovação. Na proposta, a reavaliação será bienal de forma contínua para acompanhar se a condição de invalidez persiste. Essa prática já é adotada pelo INSS que regulamentou este procedimento no artigo 46º, parágrafo único do Decreto Federal no. 3048/99, que entende que a situação de aposentado especial por invalidez só é devida se houver continuidade da situação que o incapacitou para exercer a atividade, podendo ser cancelada com o retorno do servidor a sua função.

No artigo 7º parágrafo 4º. a alteração da base cálculo da aposentadoria por invalidez tem razões em função da EC 70/2012, pois existem duas classificações para o enquadramento: a que prevê os proventos integrais considerados a média aritmética simples, decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável e outra proporcional, nos demais casos. Ambas antes da EC 70/2012 utilizavam a média aritmética simples das contribuições do servidor para a base de cálculo do benefício, porém com a emenda constitucional citada o servidor que tenha ingressado no serviço público até 31/12/2003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do parágrafo 1º. do artigo 40 da CF, terá direito a proventos de aposentadoria – integrais ou

O tema deste mês tem foco nas mudanças propostas na Lei Complementar no. 308/2000 que criou o nosso Regime Próprio de Previdência em Blumenau e o próprio ISSBLU

proporcionais, conforme o caso - calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria. A base de cálculo nesse caso será diferenciada conforme a data de ingresso no serviço público.

O artigo 13 também corrige uma interpretação no que se refere a qualquer atividade remunerada ou não que o servidor em auxílio doença e mesmo o afastado por invalidez possa exercer estando nessa situação. A redação anterior penalizava com a suspensão e o ressarcimento dos valores caso essa atividade seja incompatível com a limitação que ensejou o afastamento e com a nova redação o cancelamento do benefício se dará apenas se a atividade for contínua e não apenas esporádica. Outro acréscimo prevê o ressarcimento apenas do período laborado e não se estenda à totalidade do benefício.

No inciso II do artigo 14, elimina-se também a restrição no caso de adoção ou guarda judicial de criança até um ano de idade para a concessão de 120 dias de salário maternidade. Na prática atual, caso a criança tenha mais de um ano de idade, o

prazo de vigência do benefício é reduzido gradativamente. Essa prática desestimula a adoção tardia e gera uma distinção injustificada em função da idade da criança. No regime geral de previdência isso já foi corrigido e a proposta agora e conceder o benefício integral independente da idade.

A proposta de inclusão do artigo 20 que prevê o pagamento de pensões decorrentes de reconhecimento de união estável devida desde a data do óbito do segurado. Essa redação afasta a hipótese de pagamento do benefício tão somente após o trânsito em julgado da sentença que reconhece a união estável em um processo e, portanto o Instituto não poderia beneficiar-se da morosidade judicial para conceder a pensão tardiamente. No artigo 26 temos uma correção da redação em função da vedação da percepção cumulativa com direito de opção de mais de duas pensões. Na nova redação inclui-se no texto a exceção do caso de pensões decorrentes de cargos constitucionalmente acumuláveis, observando-se em qualquer situação o disposto no artigo 28, parágrafo 1º. Ressalva-se que o valor da soma dos benefícios recebidos cumulativamente, não poderá exceder o subsídio mensal do Prefeito Municipal.

No artigo 28 complementa-se a redação especificando que os proventos de aposentadoria e o valor das pensões não poderão exceder a remuneração de contribuição do respectivo servidor no cargo efetivo ocupado, nem serem inferiores ao padrão “A” de vencimento, da faixa I, da categoria “1”, do quadro permanente de pessoal previsto na Lei Complementar no. 661/2007, para os cargos com jornada de quarenta horas semanais, ou ao salário mínimo nacional para os cargos com jornada inferior a quarenta horas semanais. A proposta da nova redação é corrigir um equívoco que ocorria nas aposentadorias e pensões de servidores com carga horária inferior a quarenta horas e que recebiam um valor inferior ao piso mínimo. Nessas situações o valor da aposentadoria era elevado ao piso mínimo (40 horas), procedimento este que fere o artigo 40, parágrafo 2º. da CF. Para corrigir tal equívoco está sendo proposta que as aposentadorias e pensões de servidores com carga horária inferior a 40 horas, não sejam inferiores ao salário mínimo nacional, observando-se assim a regra estabelecida no artigo 76, inciso I da Orientação Normativa no. 02/2009 do MPS.

A inclusão de um novo artigo 28 que estabelece uma medida punitiva para o segurado que acumula ilicitamente vencimentos com proventos. O servidor nesse caso se assumir cargo, emprego ou função pública, reservados os casos acumuláveis na forma da CF, os cargos eletivos e em comissão, não poderão acumular seus vencimentos com os proventos da aposentadoria devendo renunciar aos proventos desta, como bem determina o artigo 76, parágrafo 3º. da Orientação Normativa no. 02/2009.

No artigo 37 na nova redação permite o recolhimento retroativo de período em que o servidor esteve afastado ou licenciado sem remuneração, mesmo que já tenha retornado ao exercício do cargo. O artigo 39 que trata a respeito do aumento da jor-

nada de trabalho dos servidores do município fazia referência apenas aos servidores regidos pelas Leis Complementares 661 e 662 e não previa os servidores da FURB. Na nova redação isso é corrigido. No mesmo artigo 39 no parágrafo 3º. Inciso III, está sendo proposta uma modificação que gerará uma discussão maior: na Lei atual a gratificação de produtividade e o adicional de função que são definidos nos incisos V e VII do caput são incorporados aos proventos de aposentadoria, auxílio doença e salário maternidade pela média dos valores percebidos, em caráter permanente, nos dez anos de contribuição imediatamente anteriores à aposentadoria, ou ao requerimento do benefício. Na nova redação essa incorporação é afastada respeitando-se o período decorrente já contado aos servidores que recebem esse benefício. A procuradoria interpretou que tais parcelas não devem se incorporar aos proventos, sendo utilizadas apenas como base de cálculo para a determinação do valor do benefício. As alterações dos incisos I e II que tratam do mesmo artigo calculavam as vantagens pecuniárias previstas nos incisos I e IV do caput na razão de 1/120 avos do valor pago no último mês de exercício para cada mês em que o servidor percebeu a vantagem, em caráter permanente, durante dez anos de contribuição imediatamente anteriores à aposentadoria. A redação proposta no inciso I especifica a gratificação de condução e o aumento de carga horária semanal que tratam os incisos I e IV do caput na razão de 1/420 avos se homem e 1/360 avos se mulher, do valor pago no último mês de exercício para cada mês em que o servidor percebeu a vantagem. A mesma proporção é aplicada a gratificação de produtividade e o adicional de função no inciso III e para a base de cálculo do auxílio-doença e salário maternidade, gratificação de condução e aumento da de carga horária semanal especificado do parágrafo 4º. A mudança tem a justificativa de corrigir o déficit atuarial que pela atual regra atual, as vantagens pecuniárias integralizavam-se em dez anos e pela proposta passam a se integralizar à razão do equivalente a 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher. As demais mudanças em outros dispositivos são decorrentes das alterações principais para estabelecer a coerência do texto. Outras mudanças propostas incluem adequações à estrutura do ISSBLU, formas de recondução alternada em cargos do Conselho de Administração, nomenclatura de cargos, procedimentos de perícias e competências administrativas dentre outras.

Sem dúvida trata-se de uma revisão geral e profunda da Lei que instituiu o RPPS de Blumenau que por um lado reduzirá as demandas judiciais e inconsistências com outras legislações regulatórias recentemente aprovadas, mas que por outro lado mudará as regras de benefícios e cálculo de proventos que tem motivação atuarial, o que gerará maiores discussões. Os servidores precisam também acompanhar mais de perto do ponto de vista técnico a realidade da sustentabilidade do próprio regime de previdência que será tratado com mais detalhes em um próximo artigo.

A melhor cidade do mundo



Fotos: Magali Moser

Descubra os motivos que fazem Helsinki, capital da Finlândia, na Escandinávia, despontar nos índices internacionais que medem qualidade de vida e de ensino

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPEs

<magali.moser@gmail.com>

Você percebe que está a caminho de um país diferenciado antes mesmo de desembarcar. No avião, a cena me instigava: todos, absolutamente T-O-D-O-S os passageiros ao meu redor estavam concentrados no mesmo ato: a leitura. Quase sempre no topo em todos os indicadores sociais e econômicos, referências em progresso mundial, os países nórdicos sempre me inspiraram desejo de conhecê-los. Os segredos mantidos por esses países para ocuparem tamanho reconhecimento me despertava curiosidade.

A vontade ganhou incentivo com os relatos apaixonados do professor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, de Relações Internacionais, da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Ele fala da Escandinávia (Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e Dinamarca) com um amor contagiante. Elogia o modelo de “Estado de bem-estar social” adotado por ela, com foco no cidadão, como exemplo a ser replicado. A maneira como vê os países escandinavos se tornava ainda mais intrigante para mim ao saber que o depoimento partia de alguém cujo passaporte foi carimbado tantas vezes para os países mais longínquos.

Em terras nórdicas, vejo como ele tinha razão! É realmente impressionante perceber como se dá a qualidade de vida por aqui. Com expectativa de vida superior a 80 anos e rendimento médio anual em torno de 50 mil dólares por habitante, os países nórdicos lideram as listas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em férias em Helsinki, capital da Finlândia, eu comprovo porque o país ocupa sempre as primeiras posições nos rankings internacionais de qualidade de ensino. No país com a melhor educação do mundo, o professor é o pilar da sociedade. Por quatro anos consecutivos, a

Finlândia ficou entre os primeiros lugares no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), que mede a qualidade de ensino.

É exemplo mundial apontado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela ONU, com o Índice de Educação Global, no qual integra o primeiro lugar. No país dos lagos, conhecido como “terra do Papai Noel”, todas as escolas são públicas-estatais e gratuitas. Todas as crianças têm direito ao mesmo ensino, não importa o tamanho da conta bancária dos pais. O

Em férias em Helsinki, capital da Finlândia, eu comprovo porque o país ocupa sempre as primeiras posições nos rankings internacionais de qualidade de ensino. No país com a melhor educação do mundo, o professor é o pilar da sociedade

princípio de igualdade equaliza oportunidades.

Os professores são selecionados. Só é possível exercer a função se o candidato tiver mestrado. Professores têm autoridade máxima, ganham bem, são valorizados e desfrutam de reconhecimento. Uma realidade que nos torna ainda mais necessária diante do recente episódio envolvendo os professores do Rio de Janeiro.

Minha primeira impressão no avião só se confirmou nos dias seguintes. De todos os países que visitei na Europa, a Finlândia foi o único em que não vi mendigos, andarilhos ou pedintes nas

ruas. Tudo parece funcionar bem. A impressão é de muita limpeza e organização. Uma incomum sensação de segurança acompanha os moradores e visitantes. Aqui os carros param para os pedestres atravessarem a rua. E os pedestres obedecem rigorosamente o semáforo, só cruzam a rua quando o sinal indica a cor verde, mesmo quando não há tráfego de veículos, o que soa bastante diferente para as bagunçadas metrópoles brasileiras.

Tive a oportunidade de conhecer a Biblioteca Pública (Kirjasto) de Helsinki. Seis andares de muita diversidade! Minha frustração por não encontrar uma seção em Língua Portuguesa (apenas Espanhol!) só foi compensada quando descobri que além de biblioteca, os moradores da cidade podem contar ainda com uma audioteca/videoteca para empréstimos gratuitos! Que maravilha!!!

Em Helsinki, em vez de políticos, escritores recebem homenagem em forma de estátuas em praças públicas, a exemplo de Aleksis Kivi (autor da primeira obra literária significativa em língua finlandesa, Os Sete Irmãos) que foi eternizado em monumento em frente à estação central. O mais famoso escritor finlandês, Eino Leino, também foi celebrado da mesma maneira, no Esplanade Park. Dá gosto de ver! A tendência de homenagear escritores não se restringe às praças. Até os bares da cidade aderiram ao modismo. Ernest Hemingway que o diga! No bar que leva seu nome, tem-se a possibilidade de escolher o livro que se quer ler. Também encontrei um bar cujo nome reverencia Eino Leino.

No país menos densamente povoado da União Europeia, a educação é gratuita, inclusive no ensino superior. Só 2% das escolas são particulares, mas são subsidiadas por fundos públicos e os estudantes não pagam mensalidade.



de. Os alunos recebem alimentação gratuita. Na escola, eles aprendem as duas línguas oficiais da Finlândia, o finlandês e o sueco, mais duas línguas estrangeiras.

Claro que tudo isso tem um preço e os impostos são o preço que os escandinavos pagam para ter uma sociedade harmoniosa. A alta carga tributária financia os gastos, notadamente em educação e saúde. Além disso, aqui as taxas de criminalidade são baixas, assim como as estatísticas de corrupção. O voto não é obrigatório. Somado a tudo isso, os finlandeses têm uma infinidade de parques, que contribuem para a cidade ganhar destaque também pela qualidade do ar e sustentabilidade. O transporte público é eficiente e funcional. Em horários de pico, os trens de todas as linhas partem a cada cinco minutos. Todo o sistema é integrado, permitindo assim que o usuário utilize apenas um bilhete para cruzar a cidade, seja de bonde, ônibus ou metrô. Há ainda incentivo ao uso da bicicleta. Há pouca influência da religião nas ações governamentais e na vida das pessoas. O aborto é legalizado por aqui. Helsinki combina o moderno ao tradicional a todo o momento. Estou descobrindo a cada dia aqui o quanto tinha de verdade nos discursos inflamados do sábio professor Jorge Gustavo.

Ein Prosit, Blumenau!

A língua alemã no contexto local

Mesmo após um longo período de políticas nacionalistas na educação, o idioma alemão sobrevive na região. Diante da possibilidade de intercâmbio de conhecimentos, o que pode ser feito com esses saberes locais?

POR **MARISTELA PEREIRA FRITZEN**, Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp e professora do Departamento de Letras e do Mestrado em Educação da FURB.

<mpfritzen@gmail.com>

ABELARDO JOSÉ AVELINO NETO, acadêmico do curso de Letras da FURB.

<abelardo_avelino@hotmail.com>

E **MARTHA REGINA MAAS**, acadêmica do curso de Letras da FURB.

<martharmaas@gmail.com>

A internacionalização tem entrado na agenda das universidades brasileiras e também da FURB. A preocupação em torno de acordos interinstitucionais para fomentar a interlocução com outros centros universitários de excelência, com vistas à produção de conhecimentos em redes, tem gerado esforços para sua efetivação, mas, não raro, esbarra em uma dificuldade elementar: a comunicação. Se quisermos pensar em ampliar nossa gama de interlocutores e alcançarmos outros povos e países, uma vez que as tecnologias de comunicação digital hoje estão a nossa disposição, deveríamos conhecer e investir no nosso potencial local.

No Vale do Itajaí, apesar da repressão linguística imposta por campanhas de nacionalização do ensino e sua repercussão no sistema de escolas étnicas que havia na região, ainda estão presentes línguas de imigração, ou línguas brasileiras de imigração, como se tem defendido hoje. O alemão, por exemplo, ainda é falado por grupos sociais em Blumenau em função de movimentos de resistência ao monoculturalismo e ao monolingüismo, política que se resumia no lema “uma língua, uma nação”. Como acreditamos que é possível ser brasileiro em mais de uma língua e que as línguas são bens culturais, ou patrimônio cultural imaterial, buscamos ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o cenário plurilíngue da região, como forma de fornecer subsídios para se pensar e

efetivar políticas linguísticas de reconhecimento e valorização das línguas de imigração.

Uma das pesquisas concluídas recentemente teve como objetivo fazer um levantamento sociolinguístico em duas comunidades rurais de Blumenau, por meio da escola. É preciso lembrar que somente os censos de 1940 e 1950 se interessaram por perguntar qual língua os brasileiros usavam no lar e se sabiam falar português. O último censo de 2010 incluiu, para a população indígena, pergunta com re-

As aulas de alemão oferecidas uma vez por semana nas escolas municipais não satisfazem as necessidades das comunidades pesquisadas

lação à etnia ou povo a que pertence e à língua falada. No caso das antigas zonas de imigração, não há dados oficiais sobre as línguas ainda faladas hoje, salvo por iniciativas de pesquisadores.

Passemos, pois, aos dados desse levantamento feito em Blumenau. Os resultados são surpreendentes, especialmente se levarmos em conta que a língua alemã como disciplina curricular, após a segunda campanha de nacionalização (1937-1945), quando foi

proibida e varrida da escola, só entrou novamente no currículo dessas escolas em 2005.

Por meio de um questionário aplicado aos alunos e às famílias das escolas das duas comunidades, foi possível constatar que o alemão ainda se faz presente como língua de interação na esfera familiar, religiosa, no trabalho e nos eventos de lazer das comunidades. Na primeira comunidade, 83% das famílias utilizam as duas línguas (português/alemão) diariamente e, na segunda, 71% das famílias. Isso por si só mostra a condição de bilingüismo desses grupos. Nesse sentido, consideramos o bilingüismo, isto é, “a capacidade de fazer uso de mais de uma língua” (MAHER, 2007, p. 79), como um fenômeno social. Diferentemente do bilingüismo “de elite” ou “de escola”, ou seja, daquele em que se aprende uma segunda língua de prestígio (como o inglês, por exemplo) por opção, os membros dessas comunidades aprendem alemão por outros motivos, ligados a fatores histórico-culturais e identitários.

Com relação às crianças, os dados apontam que a maioria delas mantém o alemão como língua de interação na esfera familiar. Outro dado que chama a atenção é que alguns alunos monolíngues em português acabam tendo contato com a língua alemã justamente pelo fato de conviverem com colegas bilíngues e pelo fato de terem aulas de alemão na escola.

Foi possível constatar que o ambiente familiar continua sendo o principal local de uso e interação em língua alemã, principalmente na modalidade oral. Em virtude das políticas linguísticas monolíngues adotadas no Brasil, como citado anteriormente, os pais das crianças não tiveram a oportunidade de aprender a modalidade escrita do alemão na educação formal. No entanto, apesar de hoje essas escolas municipais oferecerem uma aula de alemão por semana, considerando o contexto bilíngue local, esse número parece ficar aquém das necessidades das comunidades pesquisadas. Assim, podemos afirmar que a família tem sido a principal responsável pela manutenção da língua de herança.

Talvez, leitor, você esteja se perguntando sobre que variedade de língua

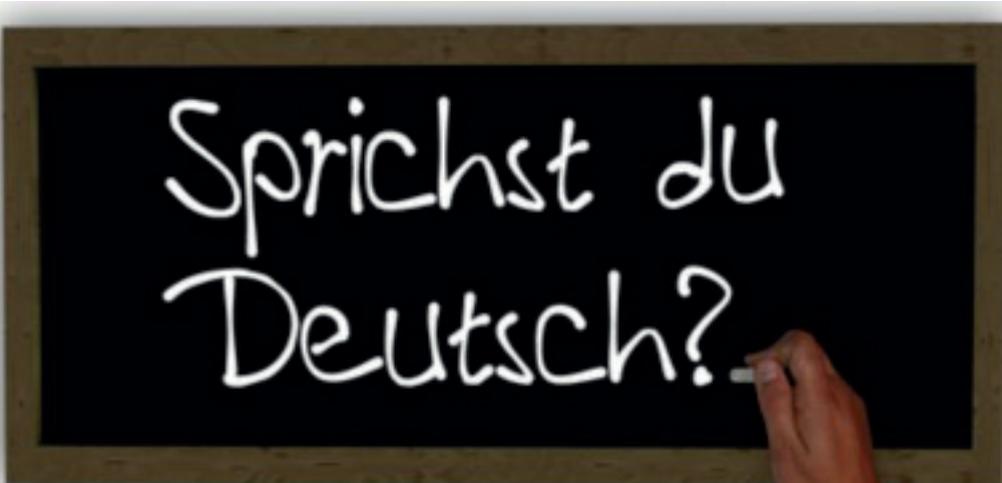
alemã é falada nessas comunidades. Certamente tenhamos que admitir que não é uma língua alemã padrão idealizada, pois essa só existe no imaginário dos que acreditam que as línguas devem ser puras, sem misturas, e faladas sempre num nível formal. Seguramente, porém, podemos afirmar que essa língua possibilita a interação com alemães da Alemanha, só para lembrar um fato ocorrido em 2012, quando uma professora da Universidade de Munique esteve aqui na FURB para um intercâmbio. Como ela não fala português, teve de se comunicar com as crianças somente em alemão e voltou Impressionada com o repertório linguístico desses alunos que ainda aprendem o alemão com a família.

Voltemos, pois, ao tema diversidade, aos direitos linguísticos e aos esforços para ampliar a competência linguística de nossas crianças, jovens e a nossa própria, em busca da interlocução sem fronteiras num mundo globalizado. Se temos hoje ainda o alemão (e outras línguas de imigração) presentes neste contexto, por que não possibilitar aos seus falantes e outros interessados o seu efetivo desenvolvimento por meio da escola a partir dos saberes locais? Afinal, não é a escola a agência de letramento por excelência, cujo papel seria justamente garantir o acesso a práticas de leitura e de escrita na língua oficial do país, nas línguas presentes no território nacional (como as de imigração, as indígenas), além de outras línguas estrangeiras? Precisamos, assim, de uma política de educação intercultural para todos.

A Oktoberfest está aí! Vamos celebrar a diversidade, não apenas no nível retórico, mas como expressão de diferentes identidades culturais, sem preconceito. Ein Prosit, Blumenau!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, M.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.) **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 67-94.



Banco do Brasil muda para pior

Servidor da FURB relata queda na qualidade do atendimento desde que a empresa passou a prestar serviços em outro ponto do Campus I. O maior problema é a falta de funcionários. Universidade também está insatisfeita

POR KUNIMUND KRÖNKE JUNIOR, jornalista

<kunimund_kroenkejr@msn.com>

Kunimund Krönke Junior

Tempo é dinheiro. Seguindo esta máxima, empresas disponibilizam seus serviços em locais próximos dos clientes para que eles não percam tempo se deslocando de um lugar para o outro. Mas o que fazer quando a comodidade vira transtorno? Chegaram ao SINSEPES reclamações sobre o atendimento do Banco do Brasil dentro do Campus I. Desde o início deste ano, a instituição financeira e uma empresa contratada atendem em duas salas no andar térreo do bloco J. Os problemas teriam começado depois que o banco se mudou do bloco I.

“No quesito atendimento, a qualidade diminuiu bastante por causa da redução do número de atendentes e de serviços”, diz um servidor da FURB, que prefere não ser identificado. Segundo o homem, geralmente há apenas um funcionário para atender a comunidade acadêmica, servidores e “pessoas de fora” no posto de atendimento do Banco do Brasil.

“No começo do semestre, a equipe precisa de um reforço por causa do FIES. O atendimento chega a demorar 30 minutos porque os funcionários estão envolvidos com o recebimento de documentos e o contato com a agência do Centro. Aí perde-se clientes porque as pessoas têm outros compromissos e precisam ir embora”, comenta.

Além disso, o servidor relata que também faltam funcionários no Mais BB, correspondente bancário operado por uma empresa terceirizada.

“Uma vez, eu cheguei 25 minutos antes do fim do expediente [15h30] e a sala já estava fechada. No dia seguinte, a funcionária me disse que foi liberada pela empresa para participar de um treinamento. Quando a atendente precisa sair para almoçar não tem ninguém para ficar no lugar dela. Vou com frequência lá e raramente vejo mais de uma pessoa trabalhando.”

Do lado de fora dos postos de atendimento, faltam funcionários para auxiliar nas operações com o caixa eletrônico, principalmente no caso de pessoas com menos instrução.

“Elas decoraram o menu, mas a tela mudou e os termos estão mais rebuscados. A acessibilidade está ruim”, explica o denunciante, que se preocupa com a segurança dos bancários. “O Mais BB é que lida com o dinheiro vivo, mas não tem segurança.” Apenas um vigilante fica no corredor, protegendo a porta do posto de atendimento do Banco do Brasil.

Fora a necessidade de reforço na equipe de funcionários, o servidor também se queixa dos serviços prestados pelo banco e pelo correspondente bancário. (Saiba mais no trecho da matéria em que o banco responde às reclamações.) Não é possível imprimir ta-

lões de cheque nos caixas eletrônicos – serviço disponível apenas no posto de atendimento do Banco do Brasil durante o horário de funcionamento –, nem fazer depósitos em dinheiro nas máquinas porque o banco não disponibiliza envelopes.

O funcionário da FURB também sente falta de outros materiais de escritório, como grampeador e uma lixeira no corredor, e de manutenção nos caixas eletrônicos. “São muito utilizados. Vira e mexe acaba a bobina de papel e não dá para imprimir comprovante”, explica.

“É uma vergonha para o Banco do Brasil. Uma cooperativa de crédito ao lado tem toda estrutura de agência. É como comparar um carro de luxo a um modelo popular. O que existe na FURB não é um posto bancário. São só máquinas, como em um mercado ou em posto de combustíveis”, conclui o servidor, que foi orientado a procurar a agência central, localizada na Rua 15 de Novembro, próxima ao Teatro Carlos Gomes.

As reclamações foram encaminhadas ao Procon de Blumenau. O órgão de defesa do consumidor disse que não é apto a responder algumas perguntas, como a queixa sobre a impressão de talões de cheques nos caixas eletrônicos (leia a resposta do banco mais adiante).

Em casos de demora no atendimento, por exemplo, causada pela falta de funcionários, o Procon orienta o consumidor que se sentir lesado a formalizar sua reclamação. O órgão atende das 9h às 16h e fica na Praça Victor Konder, 60, Térreo, no Centro, de frente para o Cartório Margarida. Também é possível deixar sua queixa pelo telefone 151 e no site da Prefeitura: www.blumenau.sc.gov.br.

Contratação de mais funcionários e melhores condições de trabalho foram algumas das reivindicações da greve dos bancários deste ano.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB) de Blumenau e Região explica que dependendo do objetivo a que o posto foi criado e o local em que estiver instalado, para atendimento ao público, as transações podem ser em dinheiro ou apenas para negócios.

Os bancos têm a obrigação, por força de lei, de manter segurança habilitado nas agências e nos postos de serviços em que há movimentação de dinheiro.

Segundo o Sindicato, a falta de empregados em todas as agências dos bancos é notória. O SEEB diz travar todo ano uma luta pela contratação de mais empregados, para dar um atendimento de qualidade aos clientes e usuários, mas parece que o Banco não se importa com isso.



Localizadas no andar térreo do bloco J, unidades do Banco do Brasil foram criticadas por problemas no atendimento. Em primeiro plano, o correspondente bancário terceirizado (Mais BB) e ao fundo, com o vigilante na porta, o posto próprio do banco.

FURB TAMBÉM RECLAMA

A agência do Banco do Brasil dentro da FURB ficava no bloco I, do Campus I, ao lado do elevador. Em 2012, a Universidade solicitou à empresa que se transferisse para o bloco J. Assim, os serviços bancários ficariam centralizados em um único local, facilitando a segurança. Após um ano de atraso, finalmente a mudança aconteceu, mas, segundo a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), “o banco resolveu, de forma unilateral, reduzir e alterar a forma de prestação dos serviços, alegando ser uma determinação da diretoria do banco”. O contrato entre FURB e Banco do Brasil está terminando e a Universidade estuda alternativas.

BANCO SE DEFENDE

“A formatação atual conta com o atendimento negocial por estrutura própria do BB e a operacionalização do processamento de caixa por meio do Correspondente Bancário [Mais BB], esta é empresa contratada e com profissionais treinados para a execução desse serviço”, comunicou a Superintendência de Negócios, Varejo e Governo de Santa Catarina. Ainda segundo o texto oficial, “o Banco do Brasil respeita as normas e políticas de segurança bancária e zela pela segurança dos seus clientes e funcionários. Entre as diretrizes uma refere-se à disponibilização de TAA [caixa eletrônico] com emissão de cheques somente em agências bancárias, vetando sua instalação em pontos externos”.

Por fim, o banco diz constantemente revisar a forma como presta serviços

e revela que “iniciou estudos para verificar a viabilidade de unificar o atendimento no PAB da FURB em estrutura própria BB”. Entretanto, não deixou claro se a indisponibilidade de material de escritório (envelopes para depósito, grampeador, lixeira, etc.) está relacionada à segurança. Também não foram respondidas as questões sobre a falta de funcionários, nem esclarecida a saída da atendente do correspondente bancário antes do fim do expediente.

De acordo com informações disponíveis no site do Banco do Brasil, Postos de Atendimento Bancário (PAB) são instalados em entidades de administração pública (caso da FURB) ou em empresas privadas. Essas unidades “oferecem todos os serviços disponíveis em uma agência bancária”.

Um correspondente bancário, chamado de Mais BB, também, exceção feita à contratação de produtos, serviços e linhas de crédito, ao bloqueio e desbloqueio de cartões e a operações relacionadas a investimentos.

Segundo ranking do Banco Central, o Banco do Brasil é líder de reclamações entre as instituições com mais de 1 milhão de clientes. Em setembro, o levantamento do BC considerou 2.283 reclamações procedentes contra as instituições de grande porte.

SINSEPES SE MANIFESTA

Para o SINSEPES, a instituição financeira deveria se retirar do local caso não cumpra com as necessidades dos acadêmicos e servidores. Seria mais conveniente disponibilizar o espaço para outro banco que possa prestar o serviço com mais qualidade.

Especismo e modelos de desenvolvimento

Tratamento dado aos animais é alvo de discussão ética e desafia nossas mais arraigadas convicções

POR LUCIANO FÉLIX FLORIT, professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB.

<lucianoflorit@furb.br>

A discussão ética sobre o tratamento que damos ou deveríamos dar aos animais não é nova, mas atualmente está chamada a atenção de mais e mais pessoas nas cidades brasileiras. Vem se tornando claro o fato de que esta questão não apenas diz respeito a um grupo restrito de especialistas ou de militantes exageradamente sensíveis, mas que se trata de uma questão que confronta assuntos que tocam a todos e que desafia as nossas mais arraigadas convicções. Várias destas convicções são fruto, não da nossa própria reflexão, mas da marca civilizatória que carregamos. Hoje percebemos que se trata de uma questão que, se por um lado está muito ligada aos nossos modos de vida e aos padrões de desenvolvimento socioeconômico, por outro nos coloca diante de realidades desconfortáveis com as quais preferíamos não ter que responder.

No que diz respeito à reflexão realizada no campo da ética, existem diversas perspectivas que têm argumentado sobre a importância de reconsiderar as implicações do tratamento habitualmente dispensado aos animais na nossa sociedade. Embora estas perspectivas apresentem controvérsias, de modo geral há concordâncias no fato de que a relação estabelecida com os animais na sociedade contemporânea está sujeita a fortes e consistentes objeções. Fundamentalmente, estas objeções questionam a presunção arraigada em quase toda a ética ocidental de que a consideração moral é coisa exclusiva para seres humanos.

De modo geral, as controvérsias dizem respeito às razões pelas quais o alargamento do chamado "círculo de consideração moral" deve acontecer e o grau de extensão que este alarga-

mento deve ter. Então, uma vez que as razões alegadas para justificar os seres humanos como os únicos seres moralmente relevantes tornam-se difíceis de se sustentar, surgem as perguntas: Por que classe de ser, além dos humanos, temos responsabilidade moral? Quais as razões que nos fazem ter essa responsabilidade moral?

Singer desenvolve o argumento pelo qual o alargamento do círculo de consideração moral, ou seja, a extensão de categorias de seres com as quais os humanos têm obrigação mo-

Segundo o filósofo australiano Peter Singer, a obrigação moral do ser humano deve incluir todas as criaturas que, de acordo com nosso conhecimento, tenham capacidade de sofrer. Isso implica que elas têm também apreço pela sua própria vida e uma tendência espontânea a buscar obter satisfação através daquilo que lhes traz bem-estar

ral, deve ser estendido até o limite de incluir todas as criaturas que, de acordo com nosso conhecimento, possam ser consideradas sencientes, ou seja, seres com capacidade de sofrer. Não seria a capacidade de raciocinar ou de falar, nem a vilosidade da pele, mas a capacidade de serem passíveis de sofrimento o que torna os seres dignos de nossa responsabilidade moral. O fato de esses seres terem capacidade de sentir sofrimento implica que eles têm também apreço pela sua própria vida e uma tendência espontânea a buscar obter satisfação através daquilo que lhes traz bem-estar, o que implica, por sua vez, um senso de identidade psíquica ou mental. Estes seres se caracterizam por possuir sistemas nervosos que os habilitam a sentir dor

e prazer e a expressar preferências correspondentes às suas características.

Para evitar polêmicas com juristas a respeito das condições que levariam ao reconhecimento de um direito (por exemplo, o argumento de que a comunidade de direito é produto de um pacto de reciprocidade) Singer opta por não defender que os seres sencientes sejam portadores de direitos, mas sim de interesses. O fato de um ser ter a qualidade da senciência nos obrigaria a reconhecer que este tem interesses, pelo menos, o interes-

se de não sofrer.

Uma vez que o critério normativo fundamental de uma ação ética seria tender a maximizar o bem-estar e evitar a geração do sofrimento, a ética não poderia excluir seres que são sencientes apenas pelo fato de não pertencer a nossa espécie. Restringir nossa consideração moral a nossa espécie seria incorrer em especismo, expressão adotada por Singer para, por analogia ao racismo e ao sexismo, qualificar as práticas que consideram como pouco relevante a dor e sofrimento de certos seres sencientes com base na sua espécie.

ALGUMAS OBJEÇÕES

Embora Singer às vezes seja acusado de radicalizar nas suas argumentações, na verdade ele propõe e estabelece para si um critério conservador, autocontido por assim dizer, para definir a fronteira da consideração moral. Singer não propõe uma ética biocêntrica que tivesse qualquer forma de vida como critério de consideração moral, posição pela qual é alvo de críticas já não pela ousadia das posições, mas, pelo contrário, pelos limites restritos dela. A atitude de Singer é proposital, fazendo opção por argumentos que têm uma alta razoabilidade e aos que se pode dar sustentação científica. Francamente, é difícil argumentar que provocar sofrimento em

um ser que comprovadamente sente dor possa ser inócuo do ponto de vista moral.

Singer também opta por critérios cuja aplicação, no seu entender, tem exequibilidade prática, se atitudes e políticas específicas forem adotadas, o que seria bem mais difícil com outras perspectivas que defendem o valor intrínseco da vida de todo e qualquer ser. Para ele, é nítida a possibilidade de se pensar em alternativas para diminuir a quantidade de sofrimento infligido a animais na sociedade atual, na indústria alimentar, em testes de produtos, nas experiências didáticas, etc.

Estes elementos ajudam a explicar a grandeza do impacto provocado pelos argumentos de Singer, dando sustentação aos movimentos de defesa dos animais, mas isto não significa que eles não sejam suscetíveis de algumas críticas. Em primeiro lugar, a fronteira da senciência não é tão nítida assim como parece.

Em segundo lugar, trata-se de uma argumentação que pode predispor, como tem acontecido em algumas situações, a um julgamento moral negativo a respeito daqueles rotulados como "especistas", sem entrar no mérito de que a imensa maioria dos assim considerados apenas reproduz uma moralidade dominante, própria da sociedade ocidental, e atrelada a um sistema de reprodução social.

É claro que a manutenção de uma prática porque é aceita pela moralidade dominante não a justifica eticamente. No entanto, devemos ponderar que a maioria dos seres humanos envolvidos em tratamentos a animais que poderiam ser objeto de questionamento o fazem como modo de manter suas condições de vida, com poucas ou nenhuma opções alternativas, tanto no sentido material (como a não disponibilidade de alternativas de renda) quanto no sentido intelectual (como a não disponibilidade de um ambiente de reflexão sobre as práticas culturais naturalizadas).

ANIMAIS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

Na América do Sul, a desconsideração dos interesses dos animais não humanos, que propicia um tratamento meramente instrumental dos mesmos, tem viabilizado padrões de desenvolvimento e de produção do território que nas últimas décadas observam intensificação crescente. Por



Uma das principais atividades econômicas da região Oeste de Santa Catarina, a suinocultura não só trata mal os animais ao longo da cadeia produtiva, mas também oferece condições de trabalho deprimentes aos humanos.

isso, a despeito dos discursos habituais que exaltam o papel da região na segurança alimentar mundial e as oportunidades de emprego que gera o setor, cabe dar realce à categoria de especismo como ferramenta heurística para o exame crítico dos padrões de desenvolvimento territorial na América do Sul. Isto é especialmente relevante nos países em que a pecuária é uma atividade importante na produção do território e na definição de relações sociais, como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai.

Considerando o caso do Brasil, que passou a ocupar proeminência mundial em termos de produção de exportação de carne, a pecuária é a atividade que ocupa a maior extensão territorial do país, aproximadamente 20%. (SCHLESINGER, 2010, p. 112). Por outro lado, é de se ressaltar que a escalada de posições do Brasil no mercado mundial de carne acontece ao mesmo tempo em que em países centrais (especialmente Europa) a reflexão pública sobre as implicações éticas da produção de carne ganham força e as externalidades ambientais negativas da atividade se tornam mais evidentes.

Surgem neste contexto regiões de especismo intensivo (REIs) nas quais o processo de construção social do território associa a exploração dos animais a relações opressivas entre seres humanos. Nestas regiões, tais práticas são naturalizadas como supostas “vocações regionais” que as levam a estabelecer relações específicas inter-regionais, tanto a escala intranacional quanto à escala internacional, provendo outras regiões de produtos de origem animal e absorvendo passivos ambientais e, ressaltamos aqui, ônus éticos.

A consolidação das REIs resulta de um processo sociopolítico e econômico que acontece tanto na subjetividade de indivíduos quanto na dimensão objetiva da vida social. Pelo lado subjetivo, convergem o processo de atribuição de significados à animalidade (alicerçado em justificativas teológicas e filosóficas, mas funcionais do ponto de vista político e econômico) e a produção de identidades de setores subordinados ao meio rural que associam suas competências e tradições a atividades pecuaristas, exacerbando o papel desta atividade na construção de identidades em detrimento de outras competências e habilidades.

Com este pano de fundo, ocorre a legitimação política de modelos econômicos que viabilizam a reprodução da força de trabalho, subordinando-a. Esta conjunção torna-se um sistema sólido na medida em que se apoia nas “vocações regionais” supostamente naturais e autoevidentes que levam a desconsiderar outras possibilidades produtivas. Estas supostas vocações encontram esteio em relações sociais e políticas vinculadas a atores específicos, principais beneficiários das benesses que a suposta vocação exprime. Dentre estes atores, encontram-se tanto grupos econômicos (como os grandes frigoríficos) quanto setores políticos (como os que concorrem nas administrações estaduais e municipais, muitas vezes dependentes deste sistema em termos de tributos).

A conformação destas regiões evidencia o enorme papel dos frigoríficos e das cadeias agroindustriais da carne na produção do território. Neles,

o especismo intensivo está associado a condições de trabalho deprimentes para uma grande proporção de pessoas, em circunstâncias que não são evidenciadas pelos indicadores oficiais. A rotina nos frigoríficos e abatedouros inclui trabalho repetitivo, acidentes, afastamentos e traumatismos. Pesquisa da Previdência Social revela que trabalhadores de frigoríficos têm três vezes mais chances de traumatismos de cabeça ou abdômen do que trabalhadores de outros segmentos. Na linha de desossa de frangos, o risco de desenvolver tendinite é 743% maior do que em outros setores e o índice de depressão em funcionários de frigoríficos é três vezes maior que o da média da população economicamente ativa no Brasil (CAVECHINI; BARROS, 2011). Estes dados corroboram a realidade encontrada através de pesquisas qualitativas, que mostram que a rotina de trabalho nas “linhas de desmontagem animal” constituem âmbitos de insalubridade mental e até de degradação da dignidade de pessoas.

As REI constituem territórios com uma dinâmica social específica construída a partir da premissa da inexistência de problemas morais em torno da uma instrumentalização radical da vida e dos corpos de seres sencientes

Com poucas ou nenhuma opções alternativas de renda ou de um ambiente de reflexão sobre as práticas culturais naturalizadas, a maioria dos seres humanos envolvidos em maus tratos a animais o fazem para manter suas condições de vida

não humanos. Nesta dinâmica, a naturalização da lida com animais própria da cultura agrícola tradicional é absorvida e reproduzida, sem solução de continuidade, para uma situação inteiramente diferente – a do produtivismo industrial em economias de escala. Esta operação, que é ao mesmo tempo simbólica e econômica, esconde que a situação do agricultor tradicional e do operário industrial da criação e do abate (muitas vezes a mesma pessoa em diferentes fases da sua vida) observa diferenças fundamentais tanto qualitativamente quanto quantitativamente, diferenças estas cruciais ao se considerar as justificativas morais da atividade.

Nas REIs, esta atividade, que malgrado é via de viabilização econômica de muitas famílias rurais, produz oligopólios no mercado de trabalho, muitas

vezes se tornando a única alternativa de renda para parcela expressiva da população. Assim, muitos trabalhadores são induzidos à lida rotineira com a atividade de matar e gerar sofrimento a seres sensíveis, em condições questionáveis, não apenas do ponto de vista do tratamento aos animais, o que já seria suficiente, mas também da saúde e dignidade humanas.

REGIÕES DE ESPECISMO INTENSIVO EM SANTA CATARINA

Tomemos o caso da microrregião de Concórdia, em Santa Catarina, conhecida pela sua “vocação regional” ligada à cadeia da avicultura e da suinocultura. A despeito dos seus relativamente “bons” indicadores de desenvolvimento humano, a sua condição de região de especismo intensivo revela aspectos que não parecem tão bons assim. Vejamos:

Constata-se, por um lado, que a contribuição global do setor em termos de empregos formais é muito modesta, não acompanhando a relevância econômica do setor, com apenas 1,96% dos vínculos formais no Brasil e 3,45% nos Estados do Sul (dados do MTE de 2010, extraídos de GRAVA, 2013). Mas se nos atentarmos aos dados desagregados por microrregiões, temos que na Microrregião de Concórdia o fenômeno é o oposto, com o expressivo percentual de 24,86% de vínculos empregatícios formais. Isto revela duas coisas. Primeiro, a evidente concentração da atividade. Segundo, que para os trabalhadores da microrregião de Concórdia, um a cada quatro não tem outra alternativa senão passar suas jornadas de trabalho degolando, desossando ou realizando outras tarefas em animais que, sabidamente, são seres que sofrem e querem viver. Este percentual seria muito maior se incluíssemos contratos informais.

Passemos agora à quantidade de seres sencientes não-humanos afetados por estas atividades. Se considerarmos o número de seres sencientes abatidos anualmente, a primeira constatação é que o mesmo se encontra na casa dos bilhões, com 5,05 bilhões no Brasil, dos quais 2,99 bilhões são abatidos na Região Sul – os dados relativos a quantidades da animais abatidos são do

IBGE (2010) e se referem a bovinos, suínos e aves (GRAVA, 2013).

A quantidade de animais abatidos *per capita* nos revela outra característica marcante do especismo intensivo que impera nesses territórios. Consideremos que o Brasil, como um dos maiores produtores e exportadores de carne, mantém um abate de 26,47 animais *per capita*, isto é, realiza esse número de abates por cada habitante do país. Mas a distribuição desproporcional do especismo faz com que este número em Santa Catarina chegue aos 145,33 animais, constituindo o Estado com maior abate *per capita* da Federação. Já se olharmos para a microrregião de Concórdia este número chega aos 1162,52 animais abatidos para cada habitante da região.

Percebe-se então como o problema do modo como tratamos aos animais está muito presente, mesmo enquanto assistimos a um relativo aumento da preocupação com o bem-estar dos animais no espaço urbano. Na verdade, o problema se acentua em virtude de modelos de desenvolvimento de algumas regiões que se assentam na equivocada premissa que considera o uso meramente instrumental de animais como algo inócua do ponto de vista ético, radicalizando o especismo até o paroxismo. É comum ouvirmos que a indústria da carne seria um negócio muito conveniente. A questão que se coloca é de quem é essa avaliação, e se a mesma leva em conta os passivos ambientais, de saúde e os morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVECHINI, Caio; BARROS, Carlos Juliano (diretores). Carne, Osso. **Repórter Brasil**, 2011, 65 min.

GRAVA, Diego da Silva. **A construção social da pecuária como “vocação regional” em Santa Catarina**: notas críticas sobre suas implicações socioeconômicas, ambientais e éticas. Dissertação (mestrado), PPGDR, FURB, 2013.

SCHLESINGER, Sergio. **Onde Pastar? O Gado Bovino no Brasil**. Rio de Janeiro: Fase, 2010.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Ed. rev. Porto Alegre: Lugano, 2004. xxiv, 357 p, il. Tradução de: Animal Liberation.

Podemos aprender com o Facebook?

Pesquisa aplicada este ano entre estudantes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da FURB verifica o potencial educativo da rede social mais popular do mundo

POR MARIA JOSÉ CARVALHO DE SOUZA DOMINGUES, professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da FURB.

<mjc2008@gmail.com>

Um dos maiores desafios atuais das instituições de ensino, em todos os níveis, consiste em como trabalhar com jovens cada vez mais bombardeados pelos apelos da mídia e do consumo desenfreado e fascinados pela Internet (CASTANHA; CASTRO, 2010). O desinteresse e a falta de envolvimento dos jovens pelos estudos, combinados à utilização dos chamados dispositivos móveis (*notebooks*, *tablets* e celulares) têm sido temas recorrentes nas rodas de professores e em reuniões pedagógicas, como destacam Castanha e Castro (2010).

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o ensino têm se tornado alvo de políticas públicas ao redor do mundo, e, embora já existam muitas pesquisas, não se tem um consenso sobre os aspectos positivos no processo educacional como um todo. Apesar da desconfiança, é indubitável que as TICs estão mudando as formas de ensinar e aprender. As salas de aula estão diferentes; no lugar do quadro negro encontram-se agora lousas e mesas interativas e projetores multimídia 3D integrados a computadores com acesso à Internet. Os alunos não usam mais cadernos, e sim *tablets*, *notebooks* e *smartphones*.

Assim como as salas de aula mudaram, os alunos também o fizeram. Com o efeito do barateamento da tecnologia adicionado à capacidade de mobilidade dos equipamentos, os jovens estudantes estão tendo mais acesso às TICs. Muitas instituições de ensino também estão melhorando sua infraestrutura em termos de equipamentos para as salas de aula e na disponibilização de redes de Internet sem fio. Vale lembrar que o pro-

fessor também tem sido desafiado pela presença das tecnologias no ambiente educacional, fazendo com que haja um repensar no seu papel e na sua formação, a fim de que ele possa reprogramar conteúdos e planejar sua didática pedagógica diante dessas tecnologias.

Os jovens de hoje são caracterizados como sendo da geração Y (termo cunhado por Palfrey e Gasser, 2008), outros os chamam de nativos digitais conforme Veras (2011). “Os jovens da chamada geração Y nasceram no início da década de 1980 e 1990 quando as novas tecnologias entraram nas sociedades com muita intensida-

Repensar novas práticas pedagógicas para atender às necessidades de formação de estudantes com novas características é possibilitar a escolar atingir sua função

de” (XAVIER, 2011, p.1). Trata-se de uma geração que cresceu com grande acesso a tecnologias, jogos eletrônicos, computadores e telefones celulares multifuncionais. Eles têm o hábito de fotografar objetos e pessoas, baixar música pela Internet, gravar voz, fazer vídeos, criar identidades diferentes, comprar pela Internet e participar de várias redes sociais simultaneamente, muitas vezes por meio de um telefone celular. Esta geração é também denominada de nativa digital, isto porque, já nasceu cercada de todo este arcabouço tecnológico.

Já os professores e muitos outros atores educacionais, por outro lado, são considerados imigrantes digitais. Diferente dos nativos, a geração anterior precisou migrar da máquina de escrever para o computador, do analógico para o digital. Sem dúvidas, isto tem reflexo no processo de ensino e aprendi-

A utilização de redes sociais é capaz de viabilizar a troca de informações entre amigos, compartilhamento de momentos, experiências, novidades e ideias, tornando os jovens não somente disseminadores e receptores de informações, mais produtores delas nas mais diferentes mídias. No entanto, ainda há poucos estudos que mostram como as redes sociais podem ser recursos educacionais.

zagem. Castanha e Castro (2010) alertam que “estes jovens, apesar de saberem manejar muito bem a tecnologia, nem sempre sabem lidar com elas de forma construtiva. Muitas vezes apresentam resultados medianos ou insatisfatórios e alto grau de apatia na realização das atividades propostas.”

Ao entender-se o ambiente educacional, escola ou instituição de ensino, como um espaço que tem como principal função propiciar condições adequadas para que o aprendiz se aproprie de saberes técnicos, éticos e estéticos, percebe-se que não há contradição em inserir o tema do uso da tecnologia neste espaço. Freire (2002) nos diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”. Repensar novas práticas pedagógicas para atender às necessidades de formação de estudantes com novas características é possibilitar a escolar atingir sua função. Claro que se deve cuidar para não incorrer no erro do encantamento da tecnologia por ela mesma ou investir nela como se fosse possível resolver todos os infortúnios da educação brasileira, mas cabe repensar as práticas atuais e as formas de formação docente em geral.

As redes sociais como Facebook, Twitter, YouTube tem se propagado em todo o mundo. O Brasil, por exemplo, é o país que mais cresce em números de usuários da rede social Facebook, que apresentou crescimento de 8,8 milhões em 2010 para 35 milhões de usuários em 2011 (PESSONI 2011, p.2). Criado inicialmente no âmbito universitário, por um estudante, tinha como propósito compartilhar informações e facilitar a comunicação entre amigos. Como o Facebook foi criado em tal ambiente, sua utilização no ensino e aprendizagem não deveria causar espanto. Vários estudos têm sido desenvolvidos para conhecer as formas de uso e potencialidades educativas, em vários países.

A utilização de redes sociais é uma das facetas mais interessantes do impacto das tecnologias na sociedade. Utilizada principalmente pelos jovens no Brasil, ela é capaz de viabilizar a troca de informações entre amigos, compartilhamento de momentos, experiências, novidades e ideias, tornando os jovens não somente disseminadores e receptores de informações, mais produtores delas nas mais diferentes mídias. No entanto, ainda poucos

são os estudos que mostram como as redes sociais (e de forma específica o Facebook) podem ser recursos educacionais.

Estudos, como Kelly (2007) Mazman e Usluel (2010) e Patrício e Gonçalves (2011), mostram as possibilidades do uso educacional do Facebook. Para entender este fenômeno no ambiente educacional, principalmente na FURB, por meio do projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIPE (bolsista Mariele Medeiros), estamos desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo geral conhecer como os estudantes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas percebem o potencial educativo do Facebook.

Com objetivos específicos, pretende-se verificar como esta ferramenta está sendo utilizada para fins educacionais, como os estudantes avaliam a potencialidade desta ferramenta e quais as funcionalidades que podem ser utilizadas para a inovação no ensino. Por meio de um questionário eletrônico (ferramenta gratuita disponível no Google Drive), aplicado nos estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Tecnologia em Marketing e Comércio Exterior, Turismo e Lazer e Secretariado Executivo Bilíngue do CC-SA-FURB, no mês de setembro de 2013, pode-se levantar os resultados de uma amostra de 205 estudantes, os quais serão disponibilizados no relatório final do trabalho e por meio de artigos científicos:

- 87% dos estudantes utilizam o Facebook. É, portanto, a rede social mais utilizada. Em segundo lugar, o YouTube é citado como a mais utilizada. Cabe lembrar que esta rede compartilha vídeos e filmes na Internet, também disponibiliza filmes produzidos por estudantes. Vê-se aí uma possibilidade educativa no uso da própria rede. Apenas 2% dos estudantes afirmaram não utilizar qualquer tipo de rede social.

- 61% dos respondentes começaram a utilizar o Facebook nos últimos três anos. Com relação à frequência, 30% dos estudantes afirmam utilizá-lo até 1 hora por dia e 11% afirmam estar sempre conectados.

- 78% dos estudantes acessam o Facebook por meio dos dispositivos móveis – *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. Considerando somente os celulares, estes ocupam 35%.

- Os estudantes costumam adicionar seus professores na sua lis-





The Social Network (conhecido no Brasil e em Portugal como A Rede Social) é um filme americano de 2010, sobre a fundação da rede social Facebook e seus desdobramentos. O filme foi dirigido por David Fincher
Imagem: iStock

ta de amigos – 47% de um a três professores; 23% de quatro a seis professores e 3% mais de sete. No entanto, 20% não adicionam professores a sua lista.

Quando questionados sobre a utilização do Facebook como recurso educacional, somente 22% responderam que tiveram algum tipo dessa forma, por parte dos professores. Embora aconteça de forma esporádica e sem uma política definida de incorporação das redes sociais no ensino, verifica-se que já começa a existir iniciativas internas de buscar integrar as redes no processo de ensino-aprendizagem. Quando esta aplicação aconteceu, os resultados da pesquisa mostram que foi bem aceita pelos estudantes.

Sobre o potencial educativo do Facebook, 44% consideraram esta utilização favorável. Com relação às potencialidades, foram priorizadas as seguintes oportunidades: possibilidade de estimular a inovação e o interesse nas aulas, reflexão crítica e criação de novas ideias, maior participação no processo ensino-aprendizagem e partilha de conhecimento. Em último lugar, foi citado o desenvolvimento de competências tecnológicas.

Cabe ressaltar a afirmação dos alunos de que o uso do Facebook no ensino pode aumentar o interesse nas aulas e estimular a inovação. Tal afirmação merece ser inserida nas reflexões dos professores em sua ação docente, visto que, conforme mencionado no início do texto, a aparente apatia dos alunos em sala de aula, em alguns cursos, é tema recorrente nas reuniões dos professores e amplamente discutido em eventos no mundo todo. Claro que a utilização das redes por

si só não garante maior atenção, dedicação e aprendizagem, mas se deve pelo menos pensar no impacto que tais tecnologias podem causar.

Outro resultado que encontra respaldo nas demais pesquisas similares, é a facilidade dos jovens em utilizar as tecnologias existentes e disponíveis nas redes sociais.

A pesquisa, em seus resultados parciais, mostra o uso intensivo das tecnologias móveis pelos estudantes. Revela também como estamos – professores e alunos – despreparados para lidar com elas em favor da criação de espaços de aprendizagem, visto que poucos são os professores que oportunizam possibilidades de aprendizagem por meio destes dispositivos. Verifica-

ao invés de encontramos um uso racional e aproveitar os recursos que possuem.

Os pesquisadores da área de educação e tecnologia apontam os dispositivos móveis como praticamente computadores e, como tais, munidos de vários recursos que podem se tornar aliados da educação. Tais tecnologias permitem exercitar e efetivar os conceitos de autonomia, cooperação, compartilhamento e diálogo, tão caros ao ensino superior. Pensar em usar o Facebook para desenvolver tais aspectos pode mudar o foco da discussão e também da ação docente, ao fazer o estudante partilhar seu pensamento, desenvolver seu poder de síntese e crítica ao receber e fazer comentários e produzir víde-

As tecnologias permitem exercitar e efetivar os conceitos de autonomia, cooperação, compartilhamento e diálogo, tão caros ao ensino superior. Pensar em usar o Facebook para desenvolver tais aspectos pode mudar o foco da discussão e também da ação docente, ao fazer o estudante partilhar seu pensamento, desenvolver seu poder de síntese e crítica ao receber e fazer comentários e produzir vídeos e materiais, não se mantendo somente como expectador das aulas

-se que não temos uma cultura digital de comunicação, sendo mais fácil criarmos leis e regulamentos proibindo o uso dos dispositivos do que participarmos de capacitações, afim de encontrarmos soluções para a aprendizagem. Desta forma “demonizamos” as tecnologias, e, principalmente os celulares,

os e materiais, não se mantendo somente como expectador das aulas.

Desta forma, originam-se outras provocações: o caderno e o lápis não seriam também objetos de distração? Estamos utilizando os espaços disponibilizados pelas tecnologias para o aprendizado? Estaríamos sendo repetitivos e “de-

monizando” as tecnologias atuais, como assim o fizeram nossos antepassados com o livro, a televisão e o rádio?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTANHA, D; CASTRO, M. B. A necessidade de refletir sobre as estratégias pedagógicas para atender à aprendizagem da geração Y. **Revista de Educação do COGEIME**. Ano 19, n.36. jan/jun, p.27-38. 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KELLY, B. **Introduction to Facebook: opportunities and challenges for the institution**. 2009. Disponível em: <<http://www.ukon.ac.uk/web-focus/events/meetings/bath-facebook-2007-08>>. Acesso em: jan. 2013.

MAZMAN, S. G.; USLU, Y. K. **The usage of social networks in educational context**. Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.waset.org/journals/ijhss/v4/v4-12-111.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

PATRÍCIO, R.; GONÇALVES, V. **Facebook: rede social educativa? I Encontro Internacional TIC e educação**. Minho (Portugal), 2011.

PESSONI, A. Uso da rede social Facebook como ferramenta de comunicação na área de educação em saúde: estudo exploratório produção científica da área – 2005 a 2011. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.6, n.4, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/667>>. Acesso em: 3 out.

SINSEPES e Comitê na rua pela federalização da FURB

Cerca de 300 pessoas percorreram a Rua XV de Novembro para reivindicar inclusão social e mudanças na sociedade durante a 19ª edição do Grito dos Excluídos. Junto com Fórum dos Trabalhadores, Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau e Comitê Pró-Federalização da FURB, o Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES) esteve na manifestação para criticar a falta de respeito à história da FURB durante o processo de instalação de um campus da UFSC em Blumenau.

Também participaram das manifestações do Dia da Independência outros sindicatos, representantes de associações de moradores, da Rádio Comunitária Fortaleza, entidades que lutam pela inclusão dos portadores de deficiência, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrantes do movimento hip-hop, entre outras organizações sociais da região. Em seguida, aconteceu o desfile oficial do feriado de 7 de Setembro.

Na oportunidade, foram distribuídos entre os espectadores da manifestação exemplares do jornal Expressão Universitária dos meses de agosto e setembro.



Foto: Kunimund Krönke Junior

SINSEPES conquista oficialmente auxílio-creche e licença-prêmio

Está em vigor a Lei Complementar nº 903/2013. Sancionada pelo prefeito Napoleão Bernardes e publicada no Boletim Oficial do Município em agosto, a matéria prevê a concessão de licença-prêmio a servidores próximos da aposentadoria e a ampliação do direito ao auxílio-creche também para os servidores (pais e mães) com filhos de até seis anos matriculados em escola de educação infantil. Os benefícios fazem parte da pauta de reivindicações do SINSEPES, apresentada em março.

Aulas dos novos cursos da FURB iniciam em 2014

Iniciam no primeiro semestre de 2014 as aulas das novas graduações da FURB, em Jornalismo e Engenharia Mecânica e o Doutorado em Engenharia Ambiental.

O curso de Jornalismo da FURB é o primeiro do Brasil a se adequar às novas diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC), segundo a professora e coordenadora do curso Rosemeri Laurindo.

CONSUNI aprova ajuste de mandatos

Por unanimidade, o Conselho Universitário (CONSUNI) da FURB prorrogou os mandatos do reitor e da vice-reitora até 31 de janeiro de 2015. Já diretores de unidades de ensino, chefes de departamento, membros de colegiado e coordenadores de curso ficam até 31 de julho de 2014. Durante a sessão de 17 de outubro, também foram mantidos os períodos do processo eleitoral, sendo que as datas serão definidas em resolução própria de acordo com o ano.

Os objetivos da medida são ajustar a posse de mandatos eletivos ao início do semestre letivo e dar mais tempo para a transição. A decisão atende a uma reivindicação do SINSEPES e ainda precisa ser incluída na legislação municipal e no Regimento Geral da FURB.

Grupo Detalhe de Teatro, de Indaial, comemora 10 anos com mostra cultural

O Grupo Detalhe de Teatro, de Indaial (SC) completa 10 anos de atividades com mostra cultural. A mostra "Os Detalhes dos 10 Anos", de 22 de novembro a 1 de dezembro, oferece espetáculos variados, oficinas e workshops gratuitamente ao público. O projeto foi aprovado no ano passado pela Lei Rouanet, do Ministério da Cultura. As apresentações vão acontecer no Salão Paroquial da Igreja Matriz Santa Inês, ruas e praças de Indaial.

A festa de aniversário conta com a presença de grupos de destaque da região e um convidado do Rio de Janeiro, que vão brindar o público com espetáculos de qualidade. Marcam presença: Cia. Carona e Grupo Viscera Teatro, de Blumenau; Grupo K, do Rio de Janeiro; Porto Cênico e Cia Experimentus, de Itajaí; e Cirquinho do Revirado, de Criciúma.

Foto: Grupo Detalhe de Teatro



Nova representante dos servidores assume vaga no CONSUNI

Na sessão de 10 de outubro, Liliane Cristina Jarschel assumiu a vaga de representante dos servidores técnico-administrativos no Conselho Universitário (CONSUNI) da FURB. Com 47 votos (61,85% do total), ela foi eleita em setembro e seu mandato vai até junho de 2014. "É um cargo importante para a defesa dos [servidores] técnico-administrativos, já que há poucos representantes da categoria e a maioria dos conselheiros é de docentes", disse Liliane, que atualmente trabalha na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP). Há 17 anos na FURB, a servidora já fez parte do CONSUNI em 2011, antes de ser cedida ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC).

A FURB sob ataque

Prestes a completar 50 anos de história, Universidade Regional de Blumenau enfrenta onda de críticas. Saiba o que há por trás desses bombardeios

POR **MARCOS ANTÔNIO MATTEDI**, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Departamento de Ciências Sociais.

<mam@furb.br>

Marcos Antônio Mattedi

Ano que vem a Universidade Regional de Blumenau completará 50 anos de fundação. Será um tempo de homenagens, comemorações e discursos. É preciso, temos muitos motivos para nos orgulhar. Afinal somos a 59ª universidade do país segundo o Ranking Folha 2013. Certamente seríamos a primeira se considerassem o custo-eficiência e seu padrão institucional de financiamento. Além disso, serviu de modelo institucional para implantação do ensino superior no interior do Estado. Mas, sobretudo, mudou o padrão de desenvolvimento da região, gerando, inesperadamente, um *spin-off* de muito sucesso.

Apesar dessa história de conquista, do número de pessoas qualificadas, das descobertas científicas, dos serviços prestados à comunidade, da probidade administrativa, a FURB tem sido constantemente atacada. Figuras como Cesar Zillig, Carlos Tonet ou até mesmo Célio Dias se confere o direito de apontar o dedo, denunciar a idoneidade dos gestores e até mesmo questionar sua autonomia acadêmica. Por que? A quem interessaria o enfraquecimento da FURB? As respostas para estes ataques devem ser buscadas, claro, na relação que a FURB mantém com o contexto social.

A FURB foi uma invenção da classe média regional. É preciso lembrar que o baronato da malha sempre foi contrário a implantação de uma universidade na região. E foi através da mobilização dos estudantes e da organização social que se criaram as condições políticas para quebrar a resistência da elite local. Por isso, a FURB enquadra-se entre as muitas histórias de inovação social que caracterizam o Vale do Itajaí em geral e Blumenau em particular. Constitui, portanto, um exemplo de aprendizado regional. Este processo pode ser caracterizado em pelo menos quatro fases de desenvolvimento institucional:

- **Período de Implantação (1964-1968)**: período pioneiro no qual os esforços de gestão se concentraram no estabelecimento da infraestrutura física e burocrática para seu funcionamento, e suas atividades limitam ao ensino;

- **Período de Consolidação (1968-1985)**: este período se caracteriza pelo constante reconhecimento e a criação da estrutura fundacional, tendo o surgimento das primeiras atividades de pesquisa nos institutos e o Projeto Crise;

- **Período de Expansão (1986-2000)**: período que se caracteriza pela conquista da autonomia universitária, criação de novos cursos, implantação de programas de pós-graduação, a TV e Rádio, e a transformação em pública;

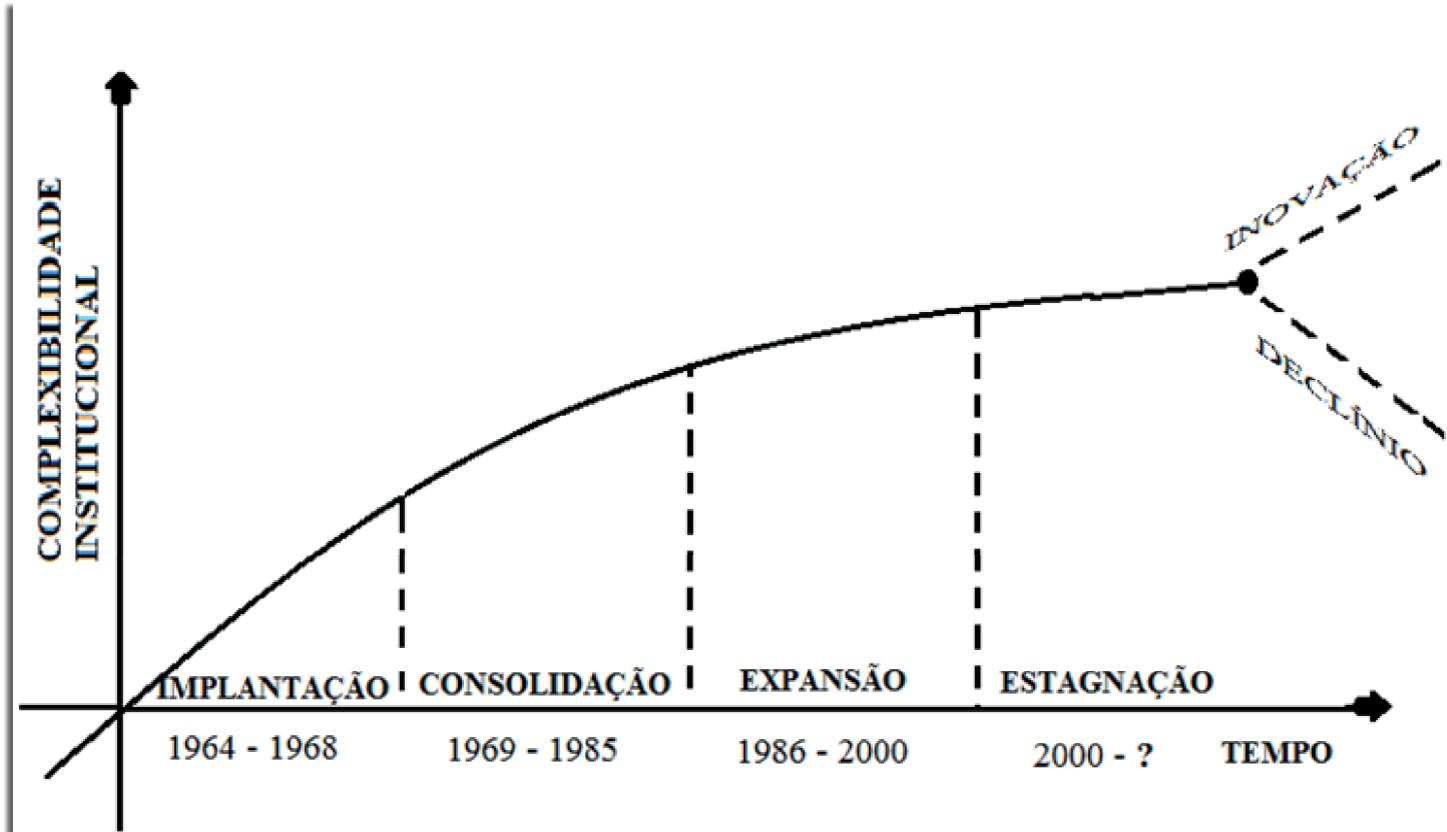


Gráfico com as quatro fases de desenvolvimento institucional da FURB.

- **Período de Estagnação (2001-2013)**: período que se caracteriza pela diminuição do número de alunos, diminuição de sua estrutura física e administrativa, redefinição de suas relações com a comunidade regional.

Contudo, as transformações provocadas pelo processo de massificação do ensino superior nas últimas duas décadas colocaram em xeque o modelo institucional. Tanto o fortalecimento do ensino privado pelo governo PSDB quanto do público pelo governo PT comprometeram o padrão de gestão baseado na manutenção das atividades pela ampliação da oferta de vagas. Isto significou a substituição da competição intermunicipal pela intramunicipal. Assim, para a classe média baixa, a FURB parece ser muito cara, preferindo as IES privadas, enquanto que, para a classe média alta, não é muito boa e preferem as IES públicas.

A FURB precisa se integrar mais à comunidade. Além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão, é necessário “estudantarizar” a Universidade, diminuindo espaços para carros e aumentando os espaços de interação; converter a FURB num fim público, combatendo projetos políticos individuais e impedindo que interesses partidários penetrem o ambiente acadêmico

Dez anos de estagnação tiveram efeitos devastadores no desenvolvimento institucional da FURB. A diminuição do número de alunos e a impossibilidade de transferir para mensalidade os custos contraíram drasticamente a capacidade de inovação. Por um lado, o efeito desse pro-

cesso foi a diminuição da contratação de novos professores e a consequente esclerose docente; por outro, a priorização de interesses corporativos dos funcionários vem diminuindo a capacidade de investimento na infraestrutura. As consequências da crise são ideias, processos e equipamentos defasados.

Claro, quanto menores os recursos, maiores são os conflitos. Num contexto de falta de perspectivas, a

velha contradição público-privado faz com que não saibamos se devemos nos comportar como Dr. Jekyll ou Mr. Hyde. Assim, por um lado, tentamos resolver os efeitos da estagnação pela miragem da federalização; por outro, tentamos implantar um ambiente empresarial, quase policial com sindicâncias e ouvidorias. Infelizmente, estas estratégias não têm sido suficientes para enfrentar a crise. Não conseguem resolver os problemas operacionais do dia-a-dia, nem criar um modelo político para o futuro.

A FURB passou por diversas crises ao longo de seu processo de desenvolvimento institucional. Ao completar 50 anos o desafio da FURB é se reinventar. Para isso, precisamos determinar qual é o papel

da FURB na região. Seu papel na região não é mais somente oferecer formação superior, mas transformar-se numa agência de desenvolvimento socioeconômico. Para isso, é preciso consolidar e ampliar as atividades de pesquisa e extensão da universidade, aumentar a inserção da universidade na comunidade e da comunidade na universidade. Isto envolve o estabelecimento de um novo projeto político.

Este projeto político pressupõe um compromisso de integração da FURB com a comunidade. Precisamos, primeiro, “estudantarizar” a FURB: diminuir espaços para carros e aumentar os espaços de interação que faça com que a FURB não seja apenas sala de aula; segundo, converter a FURB num fim público: combater projetos políticos individuais e impedir que interesses partidários penetrem o ambiente acadêmico; terceiro, abandonar a pesquisa produtivista: enfatizar a utilidade local da produção científica. Para isso, a FURB tem que olhar para a região e para dentro de si mesma. Recuperar sua vitalidade e sua capacidade de inovação.

Os ataques à FURB exprimem um período que se caracteriza por fragilidade institucional, crise de identidade e falta de um projeto político. Esta crise representa, ao mesmo tempo, ameaças e oportunidades. Por um lado, os ataques sinalizam que nosso padrão institucional de interação com a comunidade não é mais satisfatório e pode indicar uma tendência de declínio; mas, por outro, apontam para possibilidade de se redefinir institucionalmente e procurar novas estratégias de interação com a comunidade. Quanto mais distantes estamos da comunidade regional, mais vulneráveis estaremos a ataques políticos.

A lógica da **mercadoria**

POR RUBENS VINÍCIUS, *estudante do 4º semestre de Ciências Sociais*

<rubenssabbath@gmail.com>

*Certa feita na fábrica
Pensei que bom seria
Se conseguisse entender quando se fala
Da tal lógica da mercadoria*

*Trabalhando na esteira
Anos e mais anos na correria
Mais de oito horas por dia
Percebo que os minutos soam como a vida inteira
Parece não ter fim esta agonia*

*Sinto-me um apêndice da máquina
Tudo me faz ter apatia
Meu trabalho vivo dá vida e gera valor novos aos
produtos
Mas me roubam o suor, o sangue, a criatividade e a
alegria*

*Percebo que esta situação há certo tempo não só
minha cabeça influencia
Deixando a mim e demais como eu num estado
profundo de letargia
Devemos compreender que esta sociedade tem
fundamento real:*

Uma certa coisa chamada de mais-valia

*Se produzimos tudo o que aí está
Da calada da noite até o raiar do dia
Por que é que o produto de nosso trabalho
Fica reservado a uma pequena minoria?*

*Esta tem a propriedade, mas não trabalha
Privando-nos da gestão do trabalho e de
sua primazia
E a seu serviço tem um aparato forte que nos man-
tém sob constante vigia
Tem estado, meios de comunicação, polícia e sua
amiga burocracia*

*Declaremos guerra à inimiga da humanidade, pois
agora sabemos de onde vem e como se cria:
Brutal exploração que nos perpetra e quer a todo o
custo esconder
A odioso, vil e hipócrita burguesia!*

Arte: Eduardo Marinho



7ª Mipe apresenta trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.
Os melhores receberam o Prêmio Fritz Müller

Estudantes e professores da FURB apresentaram seus trabalhos durante a sétima edição da Mostra Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Mipe), de 18 a 19 de setembro. A comunidade acadêmica teve a oportunidade de conhecer 459 projetos de ensino, pesquisa e extensão, número que representa um aumento de quase 30% em relação ao evento de 2012. A Mipe busca promover a integração da tríade ensino-pesquisa-extensão, um dos requisitos para a instituição ser credenciada como universidade.

Um dos projetos de extensão apresentados de cursos de escrita acadêmica e de revisão de textos. “[O NEL] é importante para a educação e formação do professor. Atendemos tanto acadêmicos como professores das redes pública e particular de ensino. Um exemplo é o curso de atualização em relação ao novo Acordo Ortográfico”, explica Adriana Fischer, professora do curso de Letras - Inglês/Português e integrante do NEL.

“O projeto nos traz conheci-

mento além do que é aprendido em sala de aula e temos contato com professores e alunos de outros semestres. Apresentações em eventos científicos também contribuem para nossa formação”, contam Lara Lenzi e Maria Paula Delai, ambas acadêmicas do segundo semestre de Letras - Inglês/Português.

Já Denis Amilton dos Santos, recém-graduado em Ciências Biológicas esteve na 7ª Mipe para apresentar o trabalho intitulado “Análise do desenvolvimento de *schinus Terebinthifolius raddi* em diferentes doses de inoculante micorrízico on farm”. Desenvolvida no Laboratório de Microbiologia da FURB, a pesquisa analisou diversos aspectos do desenvolvimento de plantas para saber qual a contribuição de um tipo de fungo que se associa às raízes. “O trabalho pode ser aplicado na agricultura, na recuperação de áreas degradadas e na melhoria das condições biológicas do solo”, explica Denis. Além disso, “me auxiliou no entendimento do conteúdo e a aplicação das técnicas na pesquisa”, completa o egresso de

Ciências Biológicas.

Outro trabalho de extensão apresentado durante a mostra deste ano foi “Compartilhando saberes: o atendimento dos reeducandos do Presídio Regional de Blumenau”. Nele, três alunas do oitavo semestre de Psicologia têm ido à unidade carcerária com o objetivo de ajudar na ressocialização e minimizar a reincidência de detentos do regime semiaberto e os que estão em liberdade condicional. O trabalho de acolhimento envolve reflexões sobre a realidade fora da cadeia e perspectivas para o futuro dos internos. “Nos deparamos com realidades que vão além dos textos”, conta Monica Sarah Salomon, uma das integrantes do projeto de extensão. Para outra acadêmica envolvida, Alana Bodanese Wouters, o trabalho “é uma chance de inserir a Psicologia na comunidade”. Jéssica de Souza também integra o projeto de extensão.

INTEGRAÇÃO PREMIADA

Durante os dois dias da Mipe,

todos os trabalhos apresentados passaram por avaliação de consultores do CNPq ou de professores e alunos de pós-graduação da FURB. No final, 17 projetos, divididos em dez categorias, receberam o VII Prêmio Fritz Müller/FURB – Ensino, Pesquisa e Extensão.

Camila Petermann foi a primeira a receber o prêmio. A aluna do oitavo semestre de Ciências Biológicas participa do projeto de ensino “Pátio das Sensações”, desenvolvido através do PIBID. Composto por mais cinco pessoas, o grupo usa o teatro e a contação de histórias para abordar, de forma lúdica, questões ambientais e sócioafetivas, como o lixo e o *bullying*, entre os alunos da Escola Básica Municipal Visconde de Taunay, na Itoupava Central. “Acho que recebemos o prêmio pelo aspecto interdisciplinar. Reunimos várias áreas diferentes – Pedagogia e Matemática, além de ciências – em um trabalho só. Conhecemos também a parte administrativa da escola, algo a que não temos acesso no estágio”, disse Camila.